



LIVRE

Liberdade – Esquerda – Europa - Ecologia

Um programa progressista para Portugal, a Europa e o mundo.

Visão, objetivos, pilares da ação, políticas e missão do partido LIVRE.

Janeiro de 2014

Índice:

I. VISÃO

- 1. O nosso tempo, em perspetiva2
- 2. Um partido inovador para um tempo novo4
- 3. Portugal na voragem europeia e global6

II. OBJETIVOS

- 4. Libertar o país da dependência, do subdesenvolvimento e da dívida9
- 5. Construir um memorando de desenvolvimento10
- 6. Aprofundar a democracia nacional e construir a democracia europeia12

III. PILARES DA AÇÃO POLÍTICA

- 7. Liberdade no século XXI: ameaças e oportunidades15
- 8. Esquerda: convergir para virar o jogo16
- 9. Europa: Derrotar a austeridade e o neoliberalismo na União — ou perder em cada um dos nossos países18
- 10. Ecologia: uma responsabilidade perante o planeta19

IV. POLÍTICAS

- 11. Sociedade, estado e mercado: uma visão diferenciadora21
- 12. Justiça social e igualdade: superar a crise com todos24
- 13. Território, ambiente e energia26
- 14. Saúde: o SNS, conquista democrática29
- 15. Segurança Social pública e sustentável31
- 16. Por uma educação e uma ciência autónomas, democráticas e universais32
- 17. As políticas culturais: problemas e desafios34
- 18. Contra uma globalização desumanizadora35

V. MISSÃO

- 19. Tomar o futuro nas nossas mãos36

I.VISÃO

1. O nosso tempo, em perspetiva

Há cem anos, a promessa europeia, nas suas três componentes — prosperidade partilhada, emancipação democrática e direitos fundamentais para todos — colapsou. Debaixo dos escombros perdeu-se a paz, perderam-se milhões de vidas, perdeu-se uma possibilidade de futuro para várias gerações de europeus, a quem restou a fome, a ignorância e a emigração. O colapso da promessa europeia demonstrou que a política e os políticos podem falhar de forma desastrosa e que, quando isso sucede, são as pessoas comuns que pagam o preço. Além de duas guerras mundiais, o colapso da promessa europeia levou à separação da Esquerda europeia, ao nascimento do fascismo, às ditaduras e a todas as estirpes de pensamento antidemocrático e antiparlamentar, ao racismo, ao antisemitismo e ao holocausto e, no pós-guerra, a um novo imperialismo e colonialismo, à guerra fria e a uma nova divisão da Europa que durou até há poucas décadas. Portugal não escapou nunca a esses movimentos da história. A Iª República foi sepultada entre as duas guerras, com meros dezasseis anos; seguiu-se-lhe uma das mais longas ditaduras do mundo: 17 499 dias — quase 48 anos — de autoritarismo, repressão política e colonialismo. Em 2014, Portugal ainda não viveu mais dias de liberdade do que aqueles que teve de opressão.

Este passado é um alerta para os cidadãos de hoje; ele lembra que não será indiferente ao nosso futuro a ação política com que nos comprometemos hoje. A promessa que então colapsou baseava-se numa noção de progresso que era bem mais do que europeia. Foi ela que no passado mobilizou povos inteiros para lutar por direitos civis e políticos, em primeiro lugar e, logo depois, por direitos económicos, sociais e culturais. Era uma noção compósita constituída por grandes ideias de emancipação, autodeterminação e justiça que fizeram um caminho difícil até congregarem maiorias sociais e políticas por causas específicas, desde o sufrágio universal aos votos para as mulheres, das oito horas de trabalho ao direito à greve, da autodeterminação dos povos ao direito à educação, da Segurança Social às férias pagas. O terreno de jogo foi sempre desequilibrado para quem lutava pela emancipação; a grande diferença é que havia então uma noção aproximada do que constituiria o progresso. Passo a passo, conquista a conquista, no meio de muitas contradições e dificuldades, a Europa acabou por construir um modelo social e democrático, de alto desenvolvimento económico e autonomia pessoal, que serviu de exemplo para outras conquistas em todo o mundo. Que nos serviu de exemplo a nós, portugueses, quando tivemos oportunidade de fazer as nossas escolhas em democracia.

Muito depende agora da forma como soubermos interpretar e atualizar essa noção de progresso. Esse trabalho requer como indispensável uma leitura crítica das escolhas que nos levaram à situação atual, assim como estarmos dispostos a rever as nossas aspirações, tendo em conta que só temos um planeta, que é de todos.

A promessa europeia está hoje de novo em perigo. Por razões também semelhantes: uma globalização financeira movida pelos grandes interesses; uma política europeia opaca e antidemocrática, limitada aos equilíbrios de poder entre grandes estados; regras do jogo complexas, feitas para garantir que há uma minoria de ricos e poderosos que têm a vida facilitada na fiscalidade, no determinar da governação, na socialização dos riscos e na privatização dos benefícios. Todos os componentes da promessa estão em perigo: nem há mais possibilidades de prosperidade partilhada, nem respeito pelos valores democráticos, nem garantia de que todos verão os seus direitos fundamentais protegidos. Ontem como hoje, serão as pessoas comuns, todos os que não são ricos nem poderosos, a pagar o preço terrível

dos fracassos da política. Ontem como hoje, Portugal não escapará incólume: o seu Estado Social e o seu Estado de Direito estão já sob ataque, em simultâneo.

Mas, em certo sentido, a situação é agora mais aflitiva pela ausência de um horizonte de progresso. O caminho que nos resta agora, segundo nos querem fazer crer, é regredir. Desde o início do milénio, a Europa foi um continente onde a pobreza aumentou e querem fazer-nos crer que isso é normal. É-nos dito que o estágio de desenvolvimento social a que nos habituámos é o mais alto a que podemos aspirar e que, a partir de agora, teremos de escolher de que direitos nos desfazemos e de que forma. É-nos dito que a próxima geração terá de se conformar com uma vida pior do que a anterior. É-nos dito que a economia global é um jogo de soma zero e que para as outras partes do mundo se desenvolverem é preciso que a nossa situação piore. A operação ideológica sob cujo domínio temos vivido é uma enorme compressão da esperança, certamente a maior dos tempos presentes; com ela, milhões de pessoas deixaram de acreditar que há futuro e sentido para a ação política.

Ao passo que a ideologia conservadora e neoliberal dominante construiu a sua agenda — a austeridade, a desregulamentação, as privatizações, a destruição dos direitos laborais — proclamando de forma absolutista que “não há alternativa”, a Esquerda tem tentado contrariar esta situação com um trabalho de crítica e alternativa, que é por vezes notável, mas não é suficiente. É necessário passar da reação e da resistência à proposta e ao programa. A Esquerda tem de reaprender a falar aos portugueses e europeus com uma visão clara e propostas concretas para as classes médias e baixas, para os trabalhadores, para os precários e desempregados, para as jovens famílias, para os pensionistas, para os estudantes, para as pequenas e médias empresas (PME), para a comunidade científica e a academia, para os imigrantes e asilados bem como para a diáspora, para o setor associativo, cooperativo e mutualista; para todos aqueles a quem os direitos fundamentais são todos os dias negados; e para todas as pessoas que se sentem portadoras de um potencial de futuro mais justo, fraterno e humano. É urgente encontrar as novas grandes causas mobilizadoras para o século XXI que, por sua vez, congregarão as maiorias sociais e políticas transformadoras, em Portugal e na Europa, capazes de inverter a situação política e dar início a um novo período de ascendente político progressista. Essas maiorias serão sempre plurais. Delas farão parte pessoas e movimentos com preocupações e objetivos sociais, ecológicos e libertários; reunidas em torno de ideias de paz, de cooperação e de responsabilidade mútua; por uma Esquerda mais livre, um Portugal mais igual e uma Europa mais fraterna.

Só se poderá voltar a ganhar na política com ideias novas pelas quais valha a pena lutar e que marquem a agenda do futuro; só se poderá sair da crise com objetivos comuns e conquistas que mobilizem os movimentos e os cidadãos; só se poderá cumprir a promessa de desenvolvimento e progresso, democracia e direitos, quando se entender que, hoje como há um século, os grandes combates políticos se fazem construindo maiorias dentro e fora de fronteiras. Quanto mais tarde nos pusermos ao caminho, mais tempo passaremos sob a opressão da austeridade, o arbítrio da finança desregulada, e o domínio dos grandes poderes.

O LIVRE - Liberdade, Esquerda, Europa e Ecologia - nasce como partido político com a preocupação de construir um novo programa de emancipação. Estas serão as primeiras linhas orientadoras desse programa, e fazemos um apelo geral a que todos venham reconstruir as novas grandes ideias de progresso para o futuro.

2. Um partido inovador para um tempo novo

No quadro deste programa político, é essencial deixar claro o que significa votar, apoiar, ou fazer parte do LIVRE; é também importante comunicar à sociedade, e a todos os cidadãos, aos partidos e organizações cívicas, aquilo que se pode esperar da ação do LIVRE. Aqui tentaremos descrever o nosso “como”, “porquê” e “para quê”. Para tal, recorreremos por vezes a conteúdos oriundos de alguns dos documentos de referência mencionados nos Estatutos do LIVRE, bem como de alguns dos primeiros documentos de reflexão do partido. A título exemplificativo ou emblemático, este documento fará também referência a “o quê” do LIVRE, ou seja, a propostas ou linhas de trabalho a seguir pelo partido, sem prejuízo do maior desenvolvimento que elas terão em programas legislativos ou executivos específicos, alguns deles já em fase de elaboração.

Votar no LIVRE significa um compromisso pelo aprofundamento da democracia portuguesa e pela construção de uma democracia europeia. Significa um voto a favor de um robusto Estado Social de Direito, de carácter universal, não só como elemento central de luta contra as injustiças e desigualdades, mas também como marco civilizacional para uma sociedade de futuro. Votar no LIVRE é optar pelo desenvolvimento do direito internacional, por uma globalização democrática baseada nos direitos humanos, incluindo os direitos económicos, sociais e culturais, com o mais alto nível de exigência de desenvolvimento ambiental, laboral e cívico.

Apoiar o LIVRE significa dar mais força a um movimento pela Liberdade, a Esquerda, a Europa e a Ecologia. Liberdade — entendida de forma ampla, não apenas como não-interferência e não-dominação, mas também como emancipação, autonomia e possibilidade de realização pessoal. Esquerda — entendida como uma aliança de cidadãos e organizações de cidadãos para a conquista de direitos e pelo fim das exclusões, luta contra as injustiças e realização de progresso social. Europa — entendida como modelo de democracia transnacional e espaço para um modelo social inclusivo, que coopera com as outras regiões do mundo de forma justa e equitativa. Ecologia — entendida como ato de responsabilidade que põe o planeta e o bem comum à frente do lucro e da depredação ambiental, que toma em consideração o bem-estar de terceiros (outros países, outras espécies, outros humanos, as gerações futuras) nas suas decisões políticas e que tem como ponto de partida a sustentabilidade, preservação e valorização dos recursos básicos de vida, como a água, a terra e o ar. Apoiar o LIVRE significa contribuir para que estes temas e princípios tenham a centralidade que merecem no debate público.

Participar no LIVRE significa construir um partido politicamente inovador, aberto e inclusivo. A participação no LIVRE é um compromisso pela melhoria da qualidade do debate público, pelo aumento de opções democráticas, pela inclusão de minorias e setores da população historicamente discriminados, pela fidedignidade das relações entre o partido e os cidadãos. Participar no LIVRE é dar a si mesmo a possibilidade de combinar formas novas e clássicas de democracia e, em particular, experimentar e promover a democracia deliberativa enquanto processo de participação pela busca e encontro de soluções para problemas concretos. Participar no LIVRE é ajudar a encontrar respostas sociais, ecológicas e libertárias para os desafios que Portugal, a Europa e o mundo enfrentam. Participar no LIVRE é superar as obsoletas divisões da Esquerda em reformistas e revolucionários através de uma proposta de reformulação das regras do jogo que devolva aos cidadãos o poder político e aos indivíduos o potencial de decidir sobre o seu destino.

A sociedade portuguesa encontrará da parte do LIVRE uma vontade cívica de enriquecer pelo diálogo e pelo exemplo a nossa democracia e o nosso debate público. Pela primeira vez em Portugal, um partido quebrará com a barreira da exclusão política à eleição e acabará com a “política por convite”, que deixa os representantes dos cidadãos dependentes de uma cooptação por parte das direções partidárias. Através da realização de primárias abertas, os cidadãos que comunguem dos valores, princípios e ideais do LIVRE, poderão apresentar-se à escolha democrática dos seus concidadãos nas mesmas condições, ampliando o leque de possibilidades que a democracia oferece, facilitando a emergência de novas vozes no debate público e rompendo com a organização em casta do setor político. Ao permitir a escolha aberta do candidato ou candidata a chefe de governo, por exemplo, a opinião pública terá direito a um debate muito mais profundo e prolongado sobre os desafios do país do que até agora foi feito no interior dos partidos e os votantes em primárias poderão determinar muito mais do leque de candidatos às eleições gerais do que alguma vez lhes foi possível. Os eleitores terão a oportunidade de avaliar, nas listas que o partido apresente ou nas quais tenha participação, candidatos responsabilizados por códigos de ética para a participação em eleições primárias abertas e para o exercício de mandatos que aumentarão o grau de exigência na atividade política em termos de transparência, integridade, informação e responsabilização dos eleitos. Os portugueses encontrarão no LIVRE um partido que vê na representação política e na ação institucional uma forma de libertar o potencial dos cidadãos e de atualizar a democracia para os desafios dos tempos presentes.

Os partidos e organizações da sociedade civil poderão esperar uma atitude, por parte do LIVRE, que será tanto de abertura e respeito cívico pelas diferenças como de cooperação e generosidade naquilo que nos une. Em particular, o LIVRE está empenhado em trabalhar com os partidos da sua família política da Esquerda e do Progressismo, para concretizar o tipo de convergências que têm faltado à política portuguesa e europeia e que permitam superar este período de dominação política conservadora. Enquanto Estado de Direito e organização política da comunidade, Portugal poderá contar com o LIVRE para fazer parte de um arco constitucional para defender e ampliar as conquistas históricas da democracia portuguesa e os direitos, liberdades e garantias dos seus cidadãos. Como projeto de futuro para o país, os portugueses identificarão no LIVRE a defesa de uma frente progressista, ampla e plural, para implementação de políticas que superem as persistentes vulnerabilidades portuguesas e que dêem ao país uma voz firme na construção de uma Europa coesa, democrática e solidária.

Estes são os marcos do nosso caminho. Estes são os elementos que consideramos necessários à construção de uma sociedade que floresça e de um mundo que seja justo.

Tão importante quanto dizer aquilo de que somos a favor, é dizer em que pontos estamos decididamente do lado do contra. Também aí se encontrará a mesma clareza. O LIVRE é contra uma política anquilosada, profissionalizada e capturada por um espírito de casta, que recusa democratização e abertura a nível nacional e europeu. O LIVRE é contra a cristalização das injustiças sociais, do subdesenvolvimento e da regressão de direitos nas atuais políticas comandadas pela Direita europeia e portuguesa. O LIVRE é contra um capitalismo predador do ambiente, explorador das relações humanas, baseado na competição assimétrica entre países e regiões do mundo e perpetuador de uma globalização assente na compressão dos salários e direitos dos trabalhadores. O LIVRE é contra um sistema financeiro desmesurado e desregulado, que capturou os estados nacionais e a União Europeia e, na prática, furtou as alavancas da governação à escolha democrática dos cidadãos. O LIVRE é contra um sistema de competição fiscal entre os estados-membros da União Europeia que facilita a evasão aos impostos, o planeamento fiscal agressivo e o branqueamento de capitais e que permite o sonegamento à comunidade dos recursos económicos necessários para a manutenção e

expansão de um estado de bem-estar social. O LIVRE é contra uma construção europeia comandada pelos grandes países, os grandes poderes e a máquina burocrática e tecnocrática de instituições sem legitimação democrática. O LIVRE é contra o entrincheiramento da Esquerda portuguesa e europeia em campos opostos e, por consequência, ineficazes. O LIVRE é contra uma visão da política feita por profissionais e ocupada na gestão das frustrações dos indivíduos e no aproveitamento oportunista da desesperança dos cidadãos e opõe-lhe, vigorosamente, uma visão da política feita pelos próprios cidadãos e criadora de novas possibilidades, novas políticas, nova ação legislativa e executiva, novos horizontes geográficos e temporais para a democracia e os direitos humanos e um sentido acrescido da justiça, da generosidade e da criatividade ao serviço da causa pública e do progresso humano, que não seja aferido exclusivamente pelo crescimento económico.

3. Portugal na voragem europeia e global

A conjunção de fatores que Portugal teve de encarar neste virar de século foi de enorme adversidade. O alargamento a leste da União Europeia e do seu mercado único trouxe concorrência na mão-de-obra, na captação de investimentos e na alocação de fundos comunitários. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio esmagou uma parte do nosso setor exportador, ao passo que criou com a Alemanha uma relação de complementaridade. A entrada no euro com um escudo sobrevalorizado por razões políticas pôs uma sobrecarga indevida na capacidade de adaptação da nossa economia. A desregulação dos mercados financeiros defendida pelos seus participantes e autorizada pelos estados assentes na crença dos benefícios da autorregulação, acabou por se traduzir num processo que nos transportou até à crise financeira que eclodiu em 2008, levando a que as perdas dos bancos fossem suportadas pelos contribuintes, que nunca foram tidos em consideração na distribuição dos lucros. Esta quase-rutura do setor financeiro, a mais grave em termos globais desde os anos 30, e que só não foi completa porque os estados puseram os seus orçamentos ao serviço da salvação do sistema financeiro, teve consequências graves na Europa, pondo a nu os defeitos estruturais da moeda euro, em particular a inexistência de um instrumento de dívida à escala da zona de emissão monetária. E, a partir de 2010, a ausência de resposta europeia à chamada “crise das dívidas soberanas” deixou o país à mercê das especulações dos mercados sobre a capacidade de a União Europeia preservar a sua moeda única. Portugal não vive, nem pode viver, isolado do mundo; o nosso país é também uma vítima de uma globalização centrada no comércio e na finança desregulados, onde tudo — incluindo recursos naturais, nações e pessoas — é financeirizado e transformado em valor especulável cotado em bolsa, sem preocupações laborais ou ambientais; de uma União Europeia cada vez mais complexa que não passa de um “clube de democracias” e está, ainda, muito longe de ser uma verdadeira democracia; de uma ordem internacional bloqueada e incapaz de regular com eficácia empresas e instituições financeiras multinacionais e combater a evasão fiscal e os fluxos de dinheiro de origem bastante duvidosa à escala planetária (tal como não é capaz de criar um novo entendimento para a expansão dos direitos humanos nem de se coordenar na resposta à crise ecológica).

Estas explicações conjunturais, agregadas a uma incapacidade por parte da política portuguesa, e em particular da sua Esquerda que, nem sequer em momentos de fragilidade do país consegue convergir para dar respostas concretas que fujam à habitual coreografia da rivalidade entre partidos, fizeram de Portugal uma presa fácil do mecanismo que os grandes poderes da União Europeia inventaram para lidar com os países endividados da periferia: a troika da Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional. A imposição de políticas feita por estas instituições, e extremada ainda pelo dogmatismo

ideológico do governo da Direita portuguesa a partir de junho de 2011, levaram a uma fase prolongada de desvalorização interna, ou seja, de corte dos rendimentos do trabalho, que agravaram alguns dos problemas estruturais portugueses. É hoje evidente para todos que uma das primeiras questões políticas que se coloca ao país, e em particular aos progressistas, é encontrar formas para sair desta situação de dependência, encerrar o episódio de exceção que foi iniciado com a chegada da troika e corrigir as consequências desastrosas resultantes da aplicação das políticas por ela impostas. Escrevemos “formas”, no plural, porque a brutalidade do governo da troika e a urgência de lhe pôr cobro tem levado à proliferação de respostas únicas que permitiriam sair da crise com apenas um passo: a própria desvalorização interna (corte dos “custos unitários do trabalho”) como a desvalorização externa (saída do euro e regresso a um escudo depreciável) são exemplos dessas “fórmulas mágicas”. Ora, é mais razoável supor que a saída desta prisão se faça não com uma medida, mas através de um cardápio de medidas que apontem todas na mesma direção de autonomia das políticas nacionais, quebra da dependência e retoma de um caminho de desenvolvimento económico mais exigente e especializado do que no passado.

A acrescentar a isto, o estado português foi transferindo poder e capacidade de decisão para a banca, com enormes impactos sobre o endividamento dos indivíduos, das famílias e da economia portuguesa. Em alguns casos isto correspondeu a uma enorme operação de terceirização, ou concessão, de setores inteiros das políticas governativas. Foi assim, por exemplo, que o estado fez depender praticamente toda a sua política de habitação do crédito concedido pela banca, criando um problema de endividamento privado que é muito maior do que o endividamento público do país. As ramificações desta escolha política foram muitas e perniciosas. Entre elas, inclui-se a criação de um nó de interdependência e corrupção entre a banca, as grandes empreiteiras, o setor imobiliário e, em muitos casos, o poder local; um crescimento desmesurado da nova construção e atrofiamento da recuperação de edifícios, a crescer ao desordenamento do território com o seu correspondente custo ambiental e patrimonial; e, crucialmente, a transferência do futuro de milhões de famílias nacionais para as mãos da banca e a concomitante dependência da banca nacional do sistema financeiro exterior. Este processo de bancocratização prosseguiu com o aumento dos custos do ensino superior e a promoção ativa, até em bancos do estado, do endividamento de estudantes e jovens a começar a sua vida ativa com grandes passivos e uma relação de dependência em relação à banca que, como no caso das famílias com hipotecas, se prolongou depois para o crédito ao consumo, ou o recurso a empréstimos ocasionais para fazer face a situações de carência. Nas camadas mais pobres da população, este processo agravou-se e atingiu mesmo um caráter francamente imoral com a entrada de empresas especializadas em empréstimo predatórios de curta duração, com juros altos e informação intencionalmente confusa e opaca. Também noutras áreas, como por exemplo na infraestruturação do país ou na área da saúde e educação, as escolhas executivas daqueles mesmos partidos que alternadamente passaram pelo poder tiveram sempre como parceiros os grandes grupos económicos e financeiros, configurando-se a implementação de políticas, desde a construção de uma estrada à gestão de um hospital, nas chamadas PPP (parcerias público-privadas) que permitiram a uma parte privilegiada — e ínfima — do setor privado capturar rendas permanentes do estado (o mesmo sucedeu, como é sabido, com a maior parte das privatizações, em particular as que se realizaram já sob pressão da troika). Finalmente, esta tendência teve o culminar na captura do próprio estado e da sua dívida soberana pela banca: ao invés de potenciar o aforramento de cidadãos nacionais em títulos do tesouro, sucessivos governos fizeram a escolha política funesta de se endividar no exterior.

Apesar deste contexto nas últimas décadas, é necessário conceder, em bom rigor, que as dependências nacionais já vinham de trás e é também razoável supor que se prolonguem para

lá da vigência da troika no país. Apesar dos progressos realizados em algumas áreas nas últimas décadas, Portugal continua a ser um país de mão-de-obra pouco especializada e com uma classe empresarial com um défice de formação muito grande em relação às suas congéneres da OCDE. Portugal precisa de abandonar um modelo baseado em produtos de baixa complexidade e pouco valor acrescentado, produzidos por uma mão-de-obra embaratecida e em permanente estado de compressão salarial e construir um perfil de exportações de bens e serviços diversificados, diferenciados e de excelência. Portugal continua a não cuidar de uma administração que ajude os indivíduos vulneráveis ou que atravessam períodos de infortúnio, que reforce a capacidade de inovação e resposta por parte do tecido empresarial, em particular das PME, ou que crie condições de crescimento para o setor cooperativo, associativo e mutualista. Enquanto assim for, Portugal será um país pouco soberano, em quaisquer condições que esteja perante os seus credores ou as instituições internacionais; pois um país soberano é aquele que é reforçado, e se reforça, pelas condições de autonomia e auto-realização que o seu povo tem. Tal como no passado, o encerramento do episódio da troika não constitui por si só qualquer garantia que circunstâncias semelhantes não voltem a repetir-se no futuro. Uma república tem a força que têm os seus cidadãos; é pois necessário que a república e os seus cidadãos se reforcem mutuamente.

Em consequência, um plano para o país teria de combinar medidas de impacto imediato, em particular as que pudessem assegurar (em simultâneo) um percurso de sustentabilidade para as finanças públicas, a prazo, e de regresso a um crescimento claramente sustentável para a economia nacional, com um plano de superação das debilidades tradicionais da posição portuguesa, na economia e noutros setores, de forma a poder garantir que o país passa para um estágio de desenvolvimento no qual a dependência recorrente do endividamento externo esteja afastada. Chamamos a esse conjunto de políticas “A Grande Valorização” — valorização das pessoas, do conhecimento, do território —, por contraste com os caminhos da desvalorização interna ou externa que estão hoje em cima da mesa. Esse plano divide-se em três partes. Na primeira, “Libertar o país da dependência, da dívida e do subdesenvolvimento” pretende-se encontrar respostas para extrair Portugal da sua dependência; num país como num indivíduo, o caminho para a libertação da dependência passa tanto por um conjunto de medidas concretas como, sobretudo, por uma ideia do caminho que se quer percorrer. Num segundo passo, pretende-se que se criem as condições para que o que ocorreu não volte a ocorrer e para que Portugal tenha o tipo de desenvolvimento consentâneo com as necessidades da sua população. Resumimos esse desiderato numa frase: “Construir um memorando de desenvolvimento”, ou seja, uma estratégia e um modelo que, deliberado de forma conjunta pela sociedade, possa ser partilhado em pluralidade pelos portugueses, e legitimado democraticamente por estes como futuro a construir pela comunidade politicamente organizada. Estamos pois conscientes de que estes planos só poderão ser aplicados num contexto de muito maior legibilidade das políticas públicas portuguesas e de muito maior participação e capacidade de deliberação pelos cidadãos e pelas instituições democraticamente eleitas, incluindo através de medidas e propostas de democratização à escala da União e na ordem internacional. Chamamos a esse terceiro aspecto “Reforçar a democracia portuguesa e construir a democracia europeia” mas, longe de ser o último componente de um plano, ele precede e acompanha os outros, através de uma experiência de criação e pedagogia democrática que passa pela própria construção deste partido, pela partilha de elementos concretos e imediatos de democratização, e pela promoção e defesa de objetivos de longo prazo para a democracia do futuro.

II. OBJETIVOS

4. Libertar o país da dependência, do subdesenvolvimento e da dívida

Uma proposta de Esquerda para o país deve, em primeiríssimo lugar, fazer cessar e inverter este círculo vicioso de dependência do estado português em relação aos mercados externos, e dar passos para fazer cessar e inverter o correspondente círculo vicioso de dependência dos portugueses em relação à banca. Tendo em conta a intrincada teia que interliga a banca nacional com a dívida à banca estrangeira e a solvência dos bancos nacionais com a dívida soberana, este processo de verdadeiro “desencarceramento” do estado português e dos portugueses terá de ser feito gradualmente através do equilíbrio entre um conjunto de medidas como:

a) Iniciar um processo de reestruturação da dívida pública portuguesa. Os atuais, e futuros, juros de dívida que a República Portuguesa terá de pagar são excessivos para a nossa pequena economia. São montantes que, além de não serem realistas do ponto de vista da sustentabilidade financeira, comprometem toda uma política de crescimento e desenvolvimento que a economia portuguesa desesperadamente precisa.

b) Criação de um sistema de "títulos fiscais" para cortar a fuga de capitais para os bancos estrangeiros, promover a poupança e aumentar o financiamento de curto prazo do estado, diminuindo a sua dependência dos fundos de resgate. Os "títulos fiscais" serão um produto financeiro que servirá ao contribuinte para pagar impostos do ano corrente ou de anos futuros, contra um desconto.

c) Em conformidade com as decisões do Tribunal Constitucional, deverão cessar os contínuos e desproporcionados cortes aos rendimentos do trabalho, assim como também de pensões e reformas daqueles que para elas contribuíram durante toda uma vida dedicada ao desenvolvimento do país. Quaisquer tributações extraordinárias, sejam impostos ou taxas, devem incidir, em primeiro lugar, sobre o rendimento de capitais e transações financeiras, seguindo-se situações de extenso património imobiliário. Uma reforma fiscal deve aumentar a progressividade do nosso sistema de impostos, bem como — por razões de sustentabilidade ambiental e não só orçamental — prever a possibilidade de aumentar a contribuição das empresas poluentes e/ou que se dediquem à extração de recursos naturais, incentivando o desenvolvimento de práticas menos lesivas para o ambiente. Deve pois aumentar a progressividade do nosso sistema de impostos, com aumento expressivo da carga fiscal sobre o primeiro decil de rendimentos. Os rendimentos de capital devem ser sujeitos a um agravamento fiscal substancial. Um imposto extraordinário deve incidir sobre os lucros das PPP. A distribuição de dividendos nas empresas com participação ou apoios do estado deve ser interdita enquanto não terminar o programa de ajuda a Portugal.

d) A médio e longo prazo, Portugal deve criar um fundo soberano, a alimentar através de contribuições do estado e de receitas provindas de concessões nacionais. A sua meta deverá ser a de atingir, no prazo de uma geração, um montante igual ao de 60% do PIB nacional, ou seja, o equivalente ao máximo de dívida soberana segundo os tratados europeus. O objetivo é subtrair o país, de uma vez por todas, às predações da especulação internacional sobre a nossa dívida. Os juros deste fundo deverão ser aplicados no ensino e na investigação científica, em particular nas áreas que mais asfixiam os orçamentos de estado (saúde e energia, por exemplo).

e) Uma das nossas medidas prioritárias consiste na separação entre a banca comercial e a banca de investimento. A banca comercial deve estar salvaguardada do carácter especulativo inerente à banca de investimento (e, dessa forma, os depositantes estão mais a salvo das crises bancárias) e a única hipótese viável será a separação entre as duas, constituindo-se em Portugal uma banca comercial e uma banca de investimento.

f) Ao mesmo tempo que se liberta da dependência ao endividamento no exterior, um governo progressista deveria iniciar políticas que permitam dar autonomia às famílias e aos indivíduos na sua relação com a banca. Uma área crucial para o desenvolvimento destas políticas seria no setor da habitação, que deveria ser alvo de um plano de recuperação multifacetado, incluindo, entre outras medidas, o estabelecimento de um plano de requalificação do parque habitacional centrado na reabilitação dos centros urbanos e dos edifícios com valor patrimonial e na contenção da desqualificação urbana nas áreas da bolha de construção nas décadas recentes; na reforma do quadro legal que regula as situações de incumprimento no crédito à habitação, clarificando que com a entrega do hipotecado deve ser anulada a dívida ao credor; agravamento do IMI em edifícios devolutos ou degradados e fim de buracos na lei que permitam isenção de IMI para as instituições bancárias; desagravamento do IMI em edifícios colocados no mercado de arrendamento; criação de um quadro legal favorecendo a criação de áreas de habitação a custo controlado por parte das autarquias.

Estas medidas devem ser acompanhadas por uma auditoria às contas públicas e à dívida do estado que permita identificar, e corrigir, os efeitos causados pelas PPP e pelos cofinanciamentos em projetos comunitários que pudessem ser renegociados com as instituições da União. A conjunção de medidas de curto e médio prazo poderá ajudar a estancar a nossa crise orçamental e garantir-nos uma decisiva independência. Mas não é suficiente.

5. Construir um memorando de desenvolvimento

Portugal deve substituir o "memorando de entendimento", negociado com a troika e escrito em condições de necessidade e urgência com parceiros desconhecedores da realidade do país, por um "memorando de desenvolvimento". Ao contrário do atual memorando, o "memorando de desenvolvimento" será deliberado num amplo debate nacional, cívico e político e mobilizando a participação de cada um de nós. Defendemos que nesse novo contrato social cesse a obsessão pela diminuição dos "custos unitários do trabalho", sendo substituída por um esforço continuado de capacitação da nossa força de trabalho, de qualificação do nosso empreendedorismo e de potenciação do setor cooperativo. Como economia pequena num sistema aberto, Portugal não deve apostar numa competitividade que nos puxa incessantemente para baixo, mas na diferenciação de uma economia que encontre o seu lugar próprio numa Europa desenvolvida e num mundo globalizado. Alguns exemplos:

a) O estado deve promover a elaboração de planos de fomento, em colaboração com entidades patronais, sindicatos e organismos financeiros, destinados a canalizar os meios disponíveis para o investimento de forma a otimizar o seu uso, através da identificação de áreas prioritárias pelo seu potencial e da criação de um máximo de sinergias, e com recurso a fundos disponibilizados a taxas de juro bonificadas.

b) O estado deve promover a criação de um Banco de Operações Mutualistas baseado nos conceitos da finança ética (um banco "bom"), assente na conjunção de esforços do estado,

das fundações e de mecenas e investidores a título pessoal, e com liberdade para captar o seu financiamento próprio, em cujos estatutos estejam o apoio às empresas, cooperativas e trabalhadores independentes, promovendo o associativismo em áreas de ponta e de alto potencial da nossa economia (no turismo e no lazer de qualidade, na reabilitação urbana, na ciência e na cultura). Este banco deve opor-se à especulação, apoiando a economia real através do financiamento de projetos locais e sustentáveis.

c) O desiderato de baixar o custo do trabalho em Portugal tem sido uma das bandeiras da atuação da troika no nosso país. Conjugada a esta ambição, o facto de termos um Governo com uma clara matriz de Direita e um Presidente da República conivente com esta agenda ideológica, criou-se o clima ideal para a passagem à prática de antigas intenções. Ao mesmo tempo a que assistimos à redução do valor unitário do trabalho em Portugal, assistimos a um aumento dos incentivos fiscais para a captação de novos investimentos, desconhecendo-se que muitas das multinacionais que entram no nosso país com essas regalias, quando confrontadas com a confluência para o regime fiscal geral, deslocalizam as suas sucursais para países mais atrativos financeiramente. Propomos, deste modo, que se aumente o período de obrigatoriedade de permanência dos seus investimentos no nosso país, o que gerará riqueza suficiente para retornarmos à anterior lei das compensações devidas por cessação do contrato de trabalho, que obrigava ao pagamento de um mês de retribuição base e diuturnidades por cada ano de antiguidade do trabalhador, o que equilibraria uma balança já por si desequilibrada.

c) Os desempregados devem ser apoiados desde o primeiro momento de um governo de Esquerda através da garantia de subsídio a todos os desempregados que deixaram de usufruir de qualquer apoio social. Propomos um programa especial para os desempregados de longa duração que vise o regresso ao mercado de trabalho com garantias contratuais e remuneratórias asseguradas. Por outro lado, é fundamental a promoção de políticas tendentes ao pleno emprego, à partilha do trabalho com direitos e de combate à precariedade com o fim dos falsos "recibos verdes". Propomos que um serviço técnico parlamentar realize estudos de impacto social às propostas de lei apresentadas na Assembleia da República que sejam passíveis de interferir direta ou indiretamente no bem-estar das populações e desenvolvimento das respetivas regiões.

d) Portugal deve aprofundar a qualificação da sua mão-de-obra e preparar a transição para um país de "cérebros-de-obra", promovendo o trabalho qualificado e com direitos. Desde logo, é urgente estancar a fuga de jovens licenciados de forma a equilibrar o seu "deficit académico" captando pós-graduados nacionais e estrangeiros e integrá-los em carreiras profissionais estáveis e duradouras. O estado deve apoiar as universidades portuguesas a posicionarem-se nesse esforço, não só através dos investimentos do fundo soberano mencionado atrás, como da alocação estável para este objetivo de uma parte dos "impostos de vício" ou de uma pequena proporção do IVA. É importante consolidar os programas de ensino ao longo da vida e aprofundar o investimento na formação profissional, não só dos trabalhadores, como também dos empresários, cujo nível de escolaridade é dos mais baixos da Europa. Defendemos igualmente a implementação de políticas que promovam a integração dos novos doutorados numa economia que é ainda maioritariamente pouco especializada: essas políticas poderiam realizar-se pelo favorecimento fiscal de empresas que se comprometam com planos sustentados de ligação do seu trabalho à Investigação e Desenvolvimento com a criação de postos de trabalho qualificados; pelo apoio direto à formação de novas empresas, em particular as ligadas aos centros de conhecimento nacionais; pela promoção e fomento do associativismo e cooperativismo em áreas de especialização e qualificação da economia nacional.

e) Os efeitos da crise tornaram um país desigual, como já era Portugal, num país numa situação de grave risco social. Aumentou a miséria, a pobreza infantil, a fome e a subnutrição, o destrato dos idosos, o desespero e o suicídio. Propomos a criação de uma bolsa-escola para combater o impacto da pobreza na infância e a fixação legislativa de uma Carta dos Direitos do Cidadão Sénior para combater o abandono e ausência de direitos e garantias para uma parte cada vez mais significativa da nossa população. Neste contexto, propomos também o desenvolvimento, a nível local, de redes de voluntariado que permitam integrar, na sua diversidade, a atividade dos idosos numa estreita colaboração com as instituições que lhes são específicas.

f) O desenvolvimento de formas de ação social escolar que, superando apoios de caráter assistencialista, visem, em estreita colaboração com professores, tutores e famílias, suprir a generalidade das insuficiências detetadas no respaldo familiar dos alunos, em ordem à obtenção do seu pleno sucesso educativo.

g) Um governo de Esquerda deve, não só reinstaurar um Ministério da Cultura e do Património, como pode agregar-lhe as políticas de turismo, dar-lhe uma dotação claramente superior a 1% do PIB e a pilotagem de um ambicioso projeto de reabilitação urbana e recuperação dos centros das nossas cidades.

h) Por razões de justiça social e combate à pobreza, bem como para cumprir com os objetivos económicos de reanimação do mercado interno, deve haver um compromisso claro de uma maioria progressista com o aumento gradual, mas expressivo, do salário mínimo para lá da barreira dos 500 euros mensais, uma das mais baixas de qualquer país da União Europeia que tenha um sistema de salário mínimo.

i) O estado deve pugnar por uma política "verde" que privilegie a utilização de uma matriz energética limpa e diversificada, utilizando para isso as características que o nosso país oferece, como a biomassa, eólica, solar, hídrica. Devemos ter a capacidade de mobilizar a investigação universitária, os empresários, o estado e os cidadãos no desenvolvimento destas novas formas de utilização de energias limpas, — e para isso necessitamos de investir em educação, conhecimento, tecnologia e inovação.

A criação partilhada de um “memorando de desenvolvimento” seria a resposta adequada da Esquerda portuguesa à sua responsabilidade fundamental na criação de um país mais igual, mais justo e mais sustentável. Mas, a transformação social e económica de que o nosso país necessita, não pode nascer sem reconhecer que a nossa democracia enfrenta alguns desafios sérios.

6. Aprofundar a democracia nacional e construir a democracia europeia

6.1 Portugal, um país de exclusão também política

Portugal é um país de exclusão. Exclusão social, mas também política. A desigualdade sente-se na falta de acesso à justiça, na concentração do poder económico, na impunidade da corrupção e no atavismo do nosso sistema político. Para inverter estas situações que persistem no nosso sistema político e judicial, preconizamos as seguintes ideias:

a) Um sistema judicial eficaz, próximo dos cidadãos e íntegro não pode ser incompreensível nem deixar pesar sobre si a suspeita de que existe uma justiça para os cidadãos comuns e outra para os poderosos; a utilização de um sistema de júri, de forma coadjuvante, nos processos de corrupção, pode ajudar a mitigar estes problemas graves da nossa justiça.

b) O sistema político português precisa de ser reformado e aberto aos cidadãos; também aqui, a Constituição deve ser respeitada e os deputados devem exercer o mandato em liberdade e exclusividade; os partidos que combatem a exclusão social não podem negar a realidade da exclusão política da grande maioria da população portuguesa; a sociedade civil deve também ser mais exigente e criativa: a introdução de um sistema de listas eleitorais abertas “com voto preferencial” ou a experimentação com um sistema de eleições primárias abertas a todos os cidadãos pode aumentar em muito o grau de qualidade e fidedignidade do nosso sistema político.

c) Como efeito da crise, centenas de milhares de cidadãos portugueses viram-se forçados a emigrar, juntando-se a uma diáspora de milhões de portugueses que dependem de um Portugal com voz na Europa e no mundo e aptidão para estabelecer laços entre as capacidades agregadas de todos aqueles que se sentem ligados ao destino de Portugal, dentro ou fora do país; essa resposta poderia ser dada, em particular, criando uma plataforma na rede onde os membros da diáspora possam participar nos processos deliberativos e dialogar, indicando os problemas que os afetam. Esta plataforma deve também ser usada para indicar as boas práticas nos seus países de acolhimento, estudando a possibilidade de as aplicar em Portugal. Os portugueses sem acesso a meios eletrónicos não podem, de modo algum, ser afastados deste processo, devendo por isso promover-se encontros com as associações de portugueses e cidadãos interessados.

d) Facilitar o acesso à informação pública e o aumento da transparência do estado, num esforço de melhoria de comunicação, através das tecnologias e do aumento de pontos de contacto do estado com os cidadãos, uma vez que a informação clara, inclusiva e livremente acessível é indispensável à participação cívica dos cidadãos, tanto dos residentes no país como no estrangeiro; aumentar as possibilidades de participação eleitoral de todos aqueles que não se possam deslocar ao seu local de voto, através do voto por correspondência em todas as eleições, assim como em referendos realizados em Portugal e a nível europeu; realizar estudos e experiências-piloto para a implementação de sistemas de voto eletrónico.

6.2 Construir a democracia europeia, única forma de superar a crise

A democracia europeia não é rival da democracia nacional, tal como a democracia nacional não é inimiga da democracia regional ou local. Pelo contrário: é a falta de democracia ao nível europeu que esvazia de sentido as nossas escolhas nacionais. Para recuperar a democracia nacional, é necessário reconstruir a democracia europeia, pois ambas serão a expressão da soberania pessoal do cidadão.

O que se propõe aqui é uma revolução urgente. Os europeus não podem ter menos ferramentas ao seu dispor do que aquelas que têm os cidadãos de qualquer democracia do mundo. Mais democracia, não menos, é a resposta para a crise. Acreditamos que uma mudança no sentido de mais cidadania e mais participação, responsabilização e transparência é crucial para vencer a crise da União Europeia. Na Europa, deve finalmente vingar o direito dos cidadãos para determinar o futuro da União através das suas escolhas nos processos de tomada de lei e de decisão política. O tempo presente é incompatível com uma União intergovernamental e burocrática.

O LIVRE defende:

- a) A eleição da Comissão Europeia a partir do Parlamento Europeu, para que se constitua num executivo da União e seja obrigada a prestar contas aos cidadãos europeus.
- b) Um Parlamento Europeu que cumpra integralmente a sua função de legislador, ganhando a iniciativa de propor leis (que por agora lhe é negada pelos tratados, mas que pode ser conferida através de um simples acordo interinstitucional com a Comissão) e que passe a deter mais poderes para fiscalizar a Comissão Europeia e o Conselho Europeu, bem como para poder decidir sobre a sua sede, terminando assim com o desperdício de dinheiro, pegada ecológica e distanciamento em relação aos cidadãos que representa a transumância do parlamento entre Bruxelas e Estrasburgo.
- c) Um Conselho da União Europeia, instituição legislativa da União, mais aberto e transparente, com possibilidade de eleição nacional dos representantes permanentes de cada país como caminho para a constituição de um Senado europeu com peso igual de todos os estados-membros.
- d) Em sede de revisão dos Tratados da União Europeia, o LIVRE defenderá a substituição do Conselho da União Europeia por um Senado eleito, com um número igual de senadores por cada estado-membro, que constitua uma segunda câmara do Parlamento Europeu.
- e) Uma cidadania europeia reforçada, com possibilidade de apresentação de projetos-piloto ao orçamento da União através do comité de petições do Parlamento e possibilidade de ação coletiva junto do Tribunal de Justiça da União.
- f) Uma presença mais interventiva de Portugal junto da União Europeia, guiada por uma visão estratégica clara e por uma defesa consistente dos interesses de Portugal e dos países periféricos, entendidos como parte dos interesses da União Europeia. Isto passa, nomeadamente, pela eleição dos nossos representantes permanentes no Conselho da União Europeia.
- g) A união a outros movimentos, associações e partidos europeus que partilhem a sua visão para a Europa, criando um forte movimento europeu de Esquerda que lute em conjunto por uma Europa social, justa e anti-austeridade.
- h) Um modelo para a Europa que defina com transparência os seus órgãos e os seus papéis políticos, conservando a autonomia e a soberania de cada um dos seus estados-membros, sobretudo preservando os equilíbrios e a solidariedade Norte-Sul, avançando para um projeto político mais consistente.

O momento para esta revolução democrática é agora.

III. PILARES DA AÇÃO POLÍTICA

7. Liberdade no século XXI: ameaças e oportunidades

A liberdade é um conceito multiforme, que não pode ser vivido de uma só forma ou garantido de uma só maneira. Falamos de liberdade quando falamos de não-dominação ou não-interferência, quando falamos do direito de cada um a viver a sua vida sem coartar esse direito aos demais; falamos de liberdade também quando falamos de libertação, como na superação da fome, da miséria ou do medo; falamos de liberdade ainda quando falamos de capacidade para realizar o seu potencial, capacidade de autonomia e soberania sobre si mesmo, expressão de criatividade e participação nas deliberações que afetam a todos. Falamos de liberdade, é claro, quando falamos de proteção e garantia de direitos cívico-políticos, como os direitos à liberdade de expressão, de associação e manifestação, como de direitos sociais, económicos e culturais, como o direito ao reconhecimento de identidades de género alternativas, direitos de acesso à educação e à saúde, ao trabalho condigno à Segurança Social. E mesmo estas dimensões não esgotam as múltiplas facetas da liberdade.

Vivemos uma época em que há novas ameaças e oportunidades para a liberdade. Algumas delas, contudo, são o regresso de formas antigas. Dizia-se na Antiguidade, e de novo no Renascimento, que não era livre aquele que vivesse dependente da boa vontade de outrem, mesmo que vivesse confortável. Estas palavras ressoam numa época de precariedade laboral, na qual milhões de pessoas temem todos os dias pela perda ou alteração dos vínculos que lhes permitem manter uma vida razoável e se encontram sem capacidade de fazer planos para o futuro, condições sem as quais não há verdadeira dignidade humana.

Vivemos ainda numa época em que as novas tecnologias trazem um novo potencial para a vida em comunidade, mas com ele também novas possibilidades de repressão e interferência sobre as vidas privadas. Muitas dessas mudanças e, em particular, algumas das ameaças, realizaram-se já sem passarem pelo adequado debate público. As grandes instituições, tanto públicas como privadas, passaram a poder ter acesso fácil a muito mais informação sobre os indivíduos, mais organizada e mobilizável, do que aquilo que foi possível em qualquer época do passado humano. Os métodos de investigação policial e de funcionamento dos serviços de informação foram alterados sem qualquer informação ou debate público; os nossos dados são vendidos no mercado, manipulados e utilizados sem o nosso conhecimento. Quando somos prejudicados ou os nossos direitos são violados, seja pela inserção numa lista negra, pela perda de acesso ao crédito, ao sermos designados alvos de campanhas comerciais ou de investigação policial, isso ocorre na maior parte dos casos sem que tenhamos conhecimento do que sucedeu e como sucedeu.

Por outro lado, as mesmas grandes instituições, sejam elas empresas, estados ou as agências de segurança e informação, optam por políticas repressivas e restritivas quando se trata de permitir acesso à informação por parte dos cidadãos. Os documentos de decisões essenciais para a deliberação pública, ou mesmo os registos individuais que nos dizem respeito, são mantidos fora do acesso dos cidadãos através de diversas estratégias. O poder de influência das grandes empresas e instituições permite-lhes interferir nas negociações de grandes acordos de comércio internacional ao passo que os documentos das mesmas negociações são classificados como confidenciais. Esse mesmo poder de influência permite-lhes abusar dos conceitos de direitos de autor ou direitos conexos, bem como da distorção da utilização de patentes, para cartelizarem o mercado e manterem rendas permanentes sobre os estados e os cidadãos.

É programa político do LIVRE lutar pela liberdade em todos os seus domínios: seja pela liberdade de escolha do indivíduo (incluindo os indivíduos oriundos de minorias, ou de grupos historicamente excluídos, como as mulheres) em decidir da sua vida, em particular a vida pessoal, íntima e sexual; pela libertação do medo, da miséria, da fome e da ignorância; pela multiplicação do potencial de liberdade que ocorre quando deliberamos conjuntamente, de forma democrática, sobre as decisões que nos afetam a todos; seja pela proteção de dados e pelo consentimento informado, autodeterminação e participação consciente no mundo em rede e das novas tecnologias; seja pela liberdade de acesso à informação e de partilha de conhecimentos; seja pela proibição da cibervigilância estatal sem controlo da legalidade por parte das instâncias jurisdicionais. Defendemos o respeito, a liberdade e o direito de igualdade de oportunidades a quaisquer tipos de diversidades sociais (como por exemplo, de género, raciais, étnicas, religiosas, geracionais, de orientação sexual ou outras, como as relativas às deficiências).

8. Esquerda: convergir para virar o jogo

A dificuldade em convergir politicamente, nomeadamente entre partidos de Esquerda e outros movimentos progressistas, tem sido insistentemente citada como um dos problemas centrais da democracia portuguesa. Têm sido raríssimas e limitadas as experiências de convergência na metade Esquerda do espetro político. A nível nacional, as convergências à Esquerda nunca se realizaram, o que é agravado pela naturalidade com que a Direita política realiza acordos parlamentares ou de governo. Esta assimetria faz com que, em geral, os governos portugueses estejam ancorados à Direita (com uma oposição à Esquerda) ou ao centro (com oposição à Esquerda e à Direita), mas nunca ancorados à Esquerda.

Em consequência, mesmo onde há ideias feitas sobre as causas do problema da falta de convergência, a nossa intenção é explorar as opiniões diversificadas sobre este assunto. Estas ideias feitas são diferentes, e até opostas, dependendo da sua origem. Porém, encontram-se tão enraizadas que frequentemente nem são acompanhadas de justificação ou elaboração. Para iniciar caminho, sugere-se que as visões divergentes sobre este assunto sejam explicitadas. O objetivo é que se leve a cabo uma reflexão séria, ponderada, ampla e cremos que inédita sobre uma das causas centrais dos bloqueios da democracia portuguesa.

Pode acontecer que entre as causas da falta de convergência à Esquerda se encontrem questões de gestão tática quotidiana ou de competição entre partidos, por vezes até mais difíceis de superar do que as diferenças políticas substanciais. Esta possibilidade é preocupante pelas consequências graves em que redundam as divisões à Esquerda para a sociedade portuguesa. Os últimos anos têm sido de regressão de muitas das conquistas democráticas portuguesas e não é aceitável que os portugueses em geral possam estar a pagar pela incomunicabilidade intencional entre direções partidárias, se for esse o caso. Assumimos essa possibilidade como especialmente delicada para um partido novo como o LIVRE, que pretende assumir o seu posicionamento político e ideológico próprio sem para tal estar a agravar os problemas que consideramos estarem na origem da situação atual. Reconhecemos o paradoxo desta situação, o dever de não a escamotear e a necessidade urgente de a trazer a público.

É nossa esperança que a criação de novos mecanismos de diálogo possam ajudar a criar espaços de entendimentos onde antes havia fronteiras estanques entre partidos. Ao mesmo tempo que apresentamos e construímos a nossa própria identidade, desejamos também afirmar as semelhanças e a comunhão de posições políticas, pelo menos setoriais, com outros

partidos e organizações. Essa comunhão pode ser fértil e ajudar a proteger os valores constitucionais portugueses bem como criar uma alternativa de desenvolvimento e progresso para o país.

Entre esses mecanismos de diálogo podem encontrar-se: a) a realização de debates conjuntos tendo em vista a criação de programas de consenso e ação política; b) o cruzamento de programas já existentes para encontro de similitudes, diferenças e áreas de potencial aliança social ou política; c) a cooperação em campanhas para defesa de setores ou interesses específicos. O estabelecimento destes e de outros mecanismos de diálogo pode fazer-se no quadro da fundação de um fórum consultivo permanente entre as forças de oposição, partidárias ou não, às atuais políticas nacionais e europeias. Mais uma vez, esse fórum pode realizar-se no quadro, ou com a colaboração, de associações ou organizações que possuem já um perfil adequado como ponto de encontro e diálogo.

Parece-nos evidente que, por muito valor que tenha o debate interno à Esquerda, nada é mais necessário do que dar resposta à situação atual do país. Identificamos dois problemas fundamentais e propomos duas formas de convergência, nos nomes sob as quais as descrevemos ou outros que venham a surgir por consenso, para responder a esses problemas.

Em primeiro lugar, a Constituição da República Portuguesa está em risco. Uma minoria social e política, mas ativa no governo (e procurando apoios nas instituições internacionais), tem conseguido introduzir no debate uma suposta necessidade de revisão constitucional, alegadamente para possibilitar reformas estruturais mas, na verdade, para ajustar a Constituição a objetivos ideológicos já assumidos há muito tempo, ainda antes de Portugal ser submetido ao programa de resgate da troika. Não somos, evidentemente, os primeiros a identificar este problema nem a apelar à ação conjunta para o enfrentar; felizmente, tem havido encontros precisamente com o objetivo de resistir à “desconstitucionalização” do país. Porém, esse perigo tem agora uma data: as eleições legislativas de 2015, quando uma possível realização de um governo de largo espectro, que tenha um apoio de dois terços no parlamento, inclua nas suas negociações de formação a revisão constitucional. É absolutamente necessário impedir a concretização dessa possibilidade, recolocando o debate naquilo que nos une e não no que nos separa. Para isso, apelamos à construção de um *arco constitucional*, social e político, entre cidadãos e partidos portugueses.

Em segundo lugar, a Constituição não é apenas um repositório de princípios a ser defendidos passivamente. Para nós, a esse adquirido deve juntar-se uma visão do desenvolvimento económico, social e político do país que concretize os valores constitucionais de uma sociedade livre, justa e solidária. Para tal, assumimos como objetivo, e apelamos a todos os partidos e cidadãos de Esquerda que o façam também, a constituição de uma *frente progressista*, de partidos e cidadãos, capaz de construir uma maioria social que apoie um programa de desenvolvimento para o país. A constituição dessa frente progressista pode não ser fácil nem rápida, mas deve ser assumida como objetivo comum daqueles que se reconhecem nos valores do progressismo e do desenvolvimento solidário.

O mais importante, contudo, é que não há tempo a perder para começar a preparar um plano de governação alternativa. As ideias que atrás ficam expostas não estão fixas, não são exigências, nem pré-condições. Pretendem lançar o debate e suscitar o aparecimento de ideias complementares. Sabemos que, para muitos, estas tentativas são consideradas vãs. Aí reside precisamente o problema. O falso pressuposto de que a convergência à Esquerda é impossível leva-nos a baixar as expectativas e a baixar os braços perante a regressão do país.

9. Europa: Derrotar a austeridade e o neoliberalismo na União — ou perder em cada um dos nossos países

É já de uma importância histórica a grande mudança ocorrida na Europa dos últimos anos e isso sem ainda a termos apreendido em toda a sua dimensão. O que ocorreu, em termos simples, é que o campo de batalha mudou. A escala dele é agora continental. Nenhum dos grandes desafios que se coloca a esta geração conseguirá ser enfrentado a uma escala nacional: nem obviamente a crise do euro, nem as questões da união bancária, nem a proteção de dados pessoais, nem a regulação dos serviços financeiros, nem as questões da evasão fiscal e do planeamento fiscal agressivo, nem os desafios da globalização e da emergência dos países em desenvolvimento, nem as violações de direitos fundamentais e a erosão dos valores democráticos e do Estado de Direito em muitos países da Europa — nada disto poderá ser encarado sem uma perspetiva europeia. Pelo contrário, é à escala europeia que temos já hoje alguma hipótese de regular mercados, como o das farmacêuticas, dos serviços na Internet ou das construtoras de automóveis.

Quem já o percebeu, evidentemente, foi o grande poder económico. Bruxelas é hoje a segunda capital do *lobbying* no mundo, depois de Washington. E não tardará a tornar-se na primeira: uma linha numa diretiva europeia define as regras de jogo para um mercado de 500 milhões de consumidores, o mais afluente e populoso do mundo em simultâneo, e faz ou desfaz lucros de milhares de milhões de euros. Uma alteração num regulamento comunitário pode criar exigências de segurança alimentar, direitos do consumidor ou respeito pelo ambiente que, pela força do mercado europeu, se impõe a empresas de todo o mundo. Essa força deve ser utilizada a favor dos cidadãos europeus, dos consumidores de todo o mundo e da responsabilidade perante o planeta. É tempo de criar os mecanismos para que o poder na União Europeia seja exercido, não pelos grandes interesses, mas pelos cidadãos e os seus estados.

A nossa política, porém, continua nacional. Há quem acredite, ou pretenda fazer acreditar, que a solução está em fecharmo-nos para os nossos limites. Mas essa retração não nos livrará da especulação financeira, nem das práticas dos grandes cartéis, nem das realidades da produção e do consumo à escala global. Uma democracia impotente não dá soberania aos seus cidadãos.

É preciso ampliar a democracia até onde está o poder. Desde o momento em que a União Europeia se dotou de ferramentas monetárias, regulatórias e económicas; a partir do momento em que ela é um espaço de liberdade de circulação, segurança e justiça; tendo em conta que a União tem Tribunal de Justiça e passará em breve a ter Procuradoria ou uma agência policial comunitarizada; considerando que passou a dispor recentemente de uma base legal de valores de Estado de Direito e direitos fundamentais; considerando que dispõe de personalidade jurídica para assinar tratados internacionais em seu nome; ou ainda tendo em conta de que com a adesão à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, os atos institucionais da União passarão a ser externamente apreciados pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, é necessário e urgente dar o único passo que permitirá compensar tudo isto sem ter de desfazer a União — construir uma Democracia Europeia.

Só essa Democracia Europeia permitirá a construção de um quadro legislativo para domesticar o poder do setor financeiro e dominar os riscos da exposição dos estados à banca, incluindo não só o rápido estabelecimento de uma união bancária, mas também a diminuição do tamanho das instituições financeiras, a simplificação dos seus produtos e a proibição dos produtos financeiros excessivamente complexos.

A crise económica que se iniciou com a crise financeira de 2007-08 trouxe visibilidade a uma oposição entre diferentes conceções sobre como as economias, e a da União Europeia em particular, funcionam. Na União Europeia, programas de corte da despesa pública e aumento de impostos foram postos em prática nos países da periferia, altamente endividados, com resultados que se revelaram ineficazes e contraproducentes. Por outro lado, o desenho da união monetária apresenta falhas evidentes, a começar pela inexistência de instrumentos de dívida à escala da zona euro. A política fiscal, de taxação e despesa pública, e a política monetária, relativa às ações de um banco central criador de moeda fiduciária, são ferramentas que devem ser usadas numa política económica ótima. Uma união monetária europeia implica uma política monetária comum e deveria implicar uma democracia europeia que a definisse. É posição do LIVRE a defesa de processos democráticos a nível europeu, acompanhados por discussões informadas, que possam definir uma política económica europeia comum. Esta política deve ter como objetivos de curto prazo o pleno emprego e o controle da inflação/deflação e, a longo prazo, o estabelecer das condições que levem a um aumento da qualidade de vida em todos os estados membros.

10. Ecologia: uma responsabilidade perante o planeta

A pressão exercida pela atividade humana sobre o sistema terrestre tem vindo a aumentar nas últimas décadas. Em consequência, observam-se hoje alterações em curso de diversos tipos, cuja taxa de ocorrência tende a acelerar. Neste contexto, diversos limites críticos à escala global, regional e local têm sido ultrapassados ou estão em vias de o ser, originando consequências abruptas e potencialmente irreversíveis nas funções do planeta que sustentam a vida e, inevitavelmente, também no bem-estar humano.

À escala global, o desaparecimento da diversidade biológica por via da destruição dos habitats naturais, as alterações climáticas, as alterações aos ciclos naturais do planeta e a depleção dos recursos naturais exigem resposta rápida e concertada por parte dos povos.

As alterações ao território e aos sistemas naturais que ele suporta também têm sido particularmente agravadas em Portugal nos últimos cem anos. Os registos da temperatura média do ar em Portugal Continental apresentam uma tendência crescente e os modelos atuais prevêm que continue a aumentar. Atualmente, os ecossistemas portugueses continuam a providenciar um conjunto de serviços essenciais, mas alguns problemas estão a intensificar-se. Se, por um lado, satisfazem as necessidades de consumo de água existentes, por outro lado, cerca de 40% dos meios hídricos superficiais têm muito má qualidade. A agricultura portuguesa caracteriza-se por exemplos de produção integrada em sistemas de alto valor natural, mas a produção nacional de alimento é deficitária em 30% em relação ao consumo e o setor sobrevive num contexto de progressiva desertificação e degradação dos solos, sobretudo no Sul do país. Os índices de diversidade biológica em Portugal são ainda dos mais elevados no continente europeu, mas cerca de 30% das espécies de vertebrados e 70% das espécies de peixes de água doce apresentam um estatuto de conservação preocupante. A expansão da floresta portuguesa nas últimas décadas favoreceu um aumento do sequestro de carbono, mas a sua composição relativa alterou-se e tornou-se mais pobre. Atualmente, é caracterizada por regimes de monocultura e pela presença de espécies exóticas de crescimento rápido e o desaparecimento do mosaico de espécies nativas distintivo de várias regiões de Portugal tem contribuído para o contínuo problema dos incêndios. A mobilidade assente no transporte rodoviário tem-se traduzido num aumento do congestionamento e dos problemas associados (poluição, emissões) com consequências significativas para a saúde pública e a economia do país. Algumas lacunas e implementação ineficaz da legislação de

ordenamento do território e do mar, têm potenciado o desordenamento em terra e a prossecução de impactos diversos em meio marinho, com consequências variadas das quais é exemplo o aumento considerável da erosão costeira em algumas regiões do país. O quadro atual é preocupante, mas a sociedade portuguesa tem em si o fundamental para a sua resolução, adaptação ou mitigação, produzindo com frequência soluções cuja implementação necessita apenas da ação política dos decisores e da colaboração ativa dos cidadãos.

O ambiente é um dos setores que mais impacto tem em todos os domínios da vida pública. Deve, por isso, ser encarado como um dos eixos fundamentais de desenvolvimento e um direito fundamental dos cidadãos. Assim, acreditamos que o investimento em políticas e práticas ambientais não pode ser descurado. Acima de tudo, é importante que Portugal assuma uma política ambiental evolutiva e não descontinuada, como até agora. O respeito pela terra, pela paisagem (natural e construída) e pela biodiversidade do território é a base de uma cultura de sustentabilidade essencial com implicações económicas, políticas, sociais, culturais, éticas e até biológicas, que não pode ser ignorada por mais tempo, sob pena de liquidação, a muito curto prazo, das nossas mais elementares condições de existência.

O LIVRE defende uma revolução ecológica, um verdadeiro *Green New Deal* à escala continental, que tire partido dos diversos mecanismos europeus de apoio, nomeadamente através do investimento em energias renováveis, aumento da eficiência energética e de consumo de materiais, promoção da agricultura sustentável e sempre que possível biológica, alargamento e promoção das áreas livres de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), I&D de novas tecnologias ambientais e educação e formação. Estes investimentos, para além dos benefícios a médio e longo prazo, teriam a vantagem imediata da criação de empregos.

Este *Green New Deal* não poderá no entanto limitar-se a uma estratégia de grandes investimentos e grandes obras. Para ele devem igualmente contribuir o apoio a iniciativas de âmbito local, que permitam a experiência de novas práticas de produção e de distribuição de bens e serviços, em circuitos curtos, numa Economia de Transição e que favoreça a coesão territorial.

Preconizamos a promoção ativa de novas formas de consumo e de padrões de mobilidade mais responsáveis, procurando modular a liberdade de escolha subjacente aos estilos de vida atuais em função dos imperativos de um desenvolvimento sustentável. O ordenamento e a gestão do território são fundamentais nesta procura de equilíbrios entre ambiente, sociedade e economia.

No quadro da reconversão económica dos países que mais têm sido afetados pela crise da zona euro, o LIVRE é favorável à criação de esforços específicos de recuperação geograficamente localizados, com a criação de uma agência de nível comunitário mas de foco regional, que promova a articulação da revolução ecológica em Portugal e nos países periféricos com outras revoluções ecológicas na Europa e no mundo, de modo a partilhar custos, benefícios e boas práticas. Em particular, impõe-se apoiar e promover a agricultura familiar, muitas vezes o único meio de subsistência dos produtores e respetivas famílias. Para além do seu papel na erradicação da fome e da pobreza, esta forma de agricultura serve também para ajudar à fixação das populações no interior do país. Os incentivos poderiam ser sob a forma de um rendimento financeiro ou através da promoção de cooperativas agrícolas que liguem diretamente os produtores aos consumidores.

A política ecológica não se limita à defesa do património natural, mas também à renovação das formas de vida numa sociedade tecnológica e industrialmente avançada. O LIVRE é

favorável à promoção de uma mobilidade ecologicamente responsável. A política ecológica pode e deve ser uma política urbana, por exemplo, com o restabelecimento dos incentivos à melhoria da eficiência energética em edifícios, contribuindo também para a criação de empregos num dos setores mais afetado pela crise, o da construção civil. Deve estudar-se a criação de uma eco-taxa, a ser aplicada em todos os setores, sempre que se verifique um impacto ambiental acima do considerado necessário e razoável. A totalidade do valor obtido através desta eco-taxa seria investido em projetos de carácter ambiental e como fonte para os diferentes incentivos financeiros na área ambiental.

O impacto económico de políticas públicas e atividades produtivas tem sido medido essencialmente através do PIB, focando-se apenas no crescimento económico. O LIVRE defende a adoção de indicadores económicos agregados, que integrem o valor económico associado a perdas ou ganhos nos serviços dos ecossistemas, em parceria com centros de investigação. Esta metodologia, que tem por base a consciência de um planeta finito (quer em matéria-prima quer em capacidade de absorção de resíduos), deverá ser progressivamente integrada na contabilidade nacional como parte de um esforço para tornar a governação convergente com as evidências científicas e colaborar na prosperidade do ser humano e na diluição das assimetrias sociais.

IV. POLÍTICAS

11. Sociedade, estado e mercado: uma visão diferenciadora

Nas últimas décadas, uma espécie de maniqueísmo tomou o debate político sobre economia e quis que este não fosse mais do que uma luta entre o estado e o mercado. Como resultado, nasceu uma caricatura em que quem fosse socialista teria de ser obrigatoriamente estatista, ao passo que os mercados só poderiam funcionar em regime de capitalismo desregulado ou “selvagem”. Esta é uma visão que não faz sentido em termos económicos e, por ter sido capturada nestes termos pelo neoliberalismo e conservadorismo dominantes, também não se espera que faça justiça à rica história do pensamento da Esquerda sobre questões sociais. Os mercados são mecanismos importantes para o bom funcionamento da economia, mas é necessário impedir que eles sejam manipulados para benefício de interesses económicos e financeiros. O que esta visão tem servido, acima de tudo, é os interesses dos grandes poderes económicos, que não se opõem de todo ao estado, antes querem que ele funcione a seu serviço — e o têm conseguido. Por sua vez, estes mesmos interesses, nas suas tendências de concentração de poder, escondem que o capitalismo que eles defendem é a antítese do mercado. Os prejudicados são os trabalhadores, os consumidores, os pequenos e médios empresários e todos aqueles que têm vontade de participar do mercado e da economia mas não têm acesso ao poder político ou financeiro.

O que esta situação sugere é que o resultado da crise não será, como foi pensado nos seus primeiros estágios, um regresso “pendular” de um mercado desregulado para um estado omnipresente, mas arrisca-se antes a ser uma passagem de um estado cooptado pelo grande poder económico e financeiro...para um estado cooptado pelo grande poder económico e financeiro. Para ir do mesmo ao mesmo, esses grandes poderes contam por vezes com a ajuda de uma Esquerda que é estatista mas que, não querendo governar, entrega sistematicamente o estado às mãos da Direita. O LIVRE recusa esta possibilidade e quer participar na construção de uma visão diferenciadora para uma economia pós-crise.

O ponto de partida e ponto de chegada deve ser, para nós, a sociedade. O estado deve canalizar a expressão democrática das vontades da sociedade e o mercado deve servir de forma razoável as necessidades da sociedade. O LIVRE defende uma economia mista, a exemplo do que se encontra descrito na Constituição da República Portuguesa, com um setor público, um setor privado e um terceiro setor associativo, cooperativo e mutualista. Consideramos também que a relação entre estes três setores deve ter como propósito uma distribuição equilibrada de poder económico e a criação conjunta de uma economia dinâmica ao serviço das pessoas. Consideramos que este terceiro setor tem sido desaproveitado no seu potencial económico e nas suas possibilidades de distribuição equilibrada de poder económico. As injustiças estruturais do capitalismo podem ser ultrapassadas, ou pelos menos consideravelmente mitigadas, sem sacrifício da liberdade, com base num sistema associativo, cooperativo e mutualista de produção, que supere a dicotomia capital-trabalho, fonte de opressão desde os primórdios da revolução industrial.

A visão do papel do estado na economia não deve, neste quadro, ser vista de uma forma simplista, resumido à dicotomia “estado mínimo” / “estatismo”. O estado deve ter uma função reguladora essencial e deve calibrar essa função reguladora de uma forma que não beneficie as grandes empresas (que podem pagar para fazer face ou contornar as regulações), mas que tenha em conta o papel essencial das PME na economia. Mas o estado deve ser mais e não menos. Deve também ser um estado inovador e empreendedor nos setores que ainda não têm mercado, ajudando a desenvolver novas ferramentas na área do conhecimento ou do ambiente, por exemplo. A constante perda de setores estratégicos de que sofreu o estado português com a alienação de monopólios naturais também deve ser travada. Tais alienações são justificadas em nome do mercado livre e concorrencial, quando na verdade têm apenas contribuído para o crescimento de verdadeiros oligopólios. Deve também ser um estado corajoso nos domínios da fiscalidade, impedindo as situações de planeamento fiscal agressivo que distorcem o mercado a favor das empresas prevaricadoras. E deve ser garantia de proteção dos direitos laborais e dos *standards* ambientais.

É principalmente nas PME que o estado deverá acentuar os seus esforços na promoção do desenvolvimento e competitividade do setor privado. Tendo em conta as dificuldades que as empresas atravessam, com uma contração acentuada dos mercados, dificuldades de exportação e uma carga de impostos avultada, o LIVRE não deverá deixar de estar atento a todos os empresários que lutam pela sobrevivência das suas empresas.

Ao contrário das grandes empresas, as PME vêm-se geralmente, e principalmente em tempos de crise económica, com grandes dificuldades na obtenção de crédito, peça fundamental ao investimento; no mercado global, as PME competem com empresas multinacionais que sofrem menores custos financeiros, energéticos, de transporte, laborais, apostando na deslocalização das fábricas para países com baixo custo de mão-de-obra e transferindo as suas sedes fiscais para paraísos fiscais, contribuindo desta maneira para aumento dos respetivos lucros e alterando por completo a igualdade de circunstâncias e tornado o mercado inquinado para benefício das grandes empresas e grupos económicos. É neste sentido que propomos que o estado deve ajudar as PME a partilharem custos, recursos, e acesso a possibilidades de negócios em parceria. Uma PME não tem acesso aos grandes serviços jurídicos, ou contabilísticos, ou de Investigação & Desenvolvimento, a que têm acesso as grandes empresas. Mas a economia europeia é feita de PME e há experiências que revelam que, quando se permite que as PME se federativizem e associem a centros de conhecimento, as redes de PME podem ser tão dinâmicas quanto as grandes empresas.

O estado deve ser também um suporte dos esforços da sociedade em termos de formação. Portugal tem neste momento centenas de milhares de pessoas no desemprego como resultado das políticas dos últimos anos e, em particular, porque o setor dos bens não-transacionáveis encolheu com a crise e o setor exportador precisa de gente com conhecimentos específicos. Um grande plano de formação é aquilo em que um governo progressista deve investir esforços e agir na União para que nele sejam investidos recursos.

O estado pode incentivar e apoiar a iniciativa privada, não só através de apoios ao investimento, mas também na diminuição do risco. Este último ponto é essencial ao potencial empreendedor. Neste sentido, é fundamental a existência de medidas como o subsídio de emprego para empresários, mesmo para situações de insolvência.

A recente reorganização administrativa apresenta uma tendência contraproducente de centralização dos serviços do estado, ao invés de promover a descentralização, e a consequente autonomia, e a aproximação deste aos agentes económicos. A constante produção legislativa, com as respetivas alterações em períodos muito curtos, não permite à maioria dos agentes realizarem a necessária adaptação aos sucessivos quadros legislativos. Deste modo, o estado deve promover a estabilidade legislativa e a criação de regras previsíveis e claras como uma forma de desburocratização, de modo a que as empresas possam definir estratégias e planear investimentos, num tempo útil adequado.

Finalmente, é também necessário reforçar a fiscalização do sector laboral. A precariedade é aqui um dos principais alvos a combater. Os falsos recibos verdes, os estágios não remunerados, os contratos a prazo perpetuamente renovados, são hoje o principal flagelo da política de emprego. A estabilidade laboral está hoje totalmente colocada em causa, havendo mesmo a ideia generalizada que tal estabilidade é prejudicial à economia. O LIVRE nunca defenderá que a instabilidade laboral é um motor de trabalho. Defenderá, sim, que esse motor (o da produção) só poderá ser alimentado a partir da vontade própria e emancipatória de todos nós, sendo a estabilidade laboral peça fundamental para a construção dessa força. Também não poderemos defender, mesmo com a existência de um forte sistema de apoio ao desemprego, que os indivíduos são meras peças laborais, equiparados a máquinas e, portanto, dispensáveis quando o seu trabalho não se justifique. A dignidade, ambições e perspetivas de futuro na integração laboral não podem ser desprezadas em prol de uma obsessão produtiva.

O estado e as instituições públicas deverão deter a elasticidade para intervir nos distintos contextos sociais e territoriais, de maneira a criar e facilitar redes e plataformas de interconexão, no sentido da formação de capital social, que abarquem transversalmente os cidadãos, as associações e as empresas. Mas, simultaneamente, deverão dotá-los das condições básicas para que detenham alguma capacidade de autonomia face a uma excessiva dependência do poder central. Defendemos que o estado deixe de ser encarado como mera entidade exterior, que impõe determinados modelos e regras de cima para baixo, para passar a ser visto como um parceiro institucional promotor de inovação e de cooperação social.

Dar poder à sociedade passa, muito em particular, por reforçar os mecanismos de solidariedade entre os trabalhadores. O LIVRE revê-se na história do sindicalismo como a mais bem-sucedida e inspiradora experiência de entreatajuda e conquista de direitos laborais. Precisamos hoje de criar sindicatos para novas categorias profissionais, construí-los para defender os trabalhadores precários, intermitentes, migrantes e independentes. É preciso que a democracia não pare à porta das empresas e, para isso, é preciso também abrir, expandir e democratizar os sindicatos. Há que reatualizar o papel mutualista e cooperativo dos sindicatos e das outras organizações laborais para atender à realidade cada vez mais

vulnerável dos trabalhadores e das suas famílias e rejuvenescer o papel e os métodos da ação sindical para aproximar as novas gerações de trabalhadores do potencial de luta e transformação a partir do movimento sindical. É crucial que os sindicatos ganhem uma realidade europeia e global na prática, acompanhando as metamorfoses políticas e económicas dos últimos anos.

12. Justiça social e igualdade: superar a crise com todos

12.1 Da desigualdade à pré-distribuição

O Estado Social assente nos princípios da universalidade, da proteção social e da cobertura dos serviços é uma criação recente em Portugal, que nasce com a democracia após a revolução de 1974. A sua construção e institucionalização deu-se já numa altura de retração das políticas expansionistas que marcaram o desenvolvimento europeu nas duas décadas precedentes. Foi, por isso, o resultado de uma opção política que envolveu riscos acrescidos. Mas foi também uma história de sucesso onde o investimento teve retorno no aumento dos níveis de escolarização e de bem-estar dos portugueses. Os indicadores de referência - como o aumento da esperança média de vida, que se cifra nos 80 anos; ou a taxa de mortalidade infantil, que é das mais baixas do mundo - são a prova indelével de um esforço coletivo que deu os seus frutos e que representou um avanço civilizacional e de modernidade para diversas gerações. Este investimento não pode ser agora desbaratado por intermédio de uma política autodestrutiva que vai delapidando os pilares fundamentais que sustentam os sistemas de provisão pública e de redistribuição de rendimentos.

Os atuais processos de globalização e desregulação financeira, associados aos impactos das consecutivas crises económico-financeiras, contribuíram para o aumento pronunciado das desigualdades de rendimento, face aos quais os sistemas e funções sociais do estado representam um fator primordial de resistência e de reposição dos níveis de coesão social. As desigualdades têm provocado um desequilíbrio estrutural entre as fontes de rendimento provenientes do capital (e seus derivados) e as do trabalho assalariado. Ao nível das economias nacionais, verifica-se o replicar desta assimetria, a que se associa uma outra que decorre dos desequilíbrios provocados pelo mercado de trabalho: o aumento das desigualdades salariais.

A nível europeu deve também fazer-se o estudo de formas alternativas de tributar o trabalho e o capital. Se o desenvolvimento permitiu prescindir de pessoas, para com capital intensivo produzir mais, e libertar as pessoas para tarefas supostamente de maior satisfação pessoal, não pode esse desenvolvimento implicar, por um lado, a toma por uma máquina de trabalho equivalente a centenas de postos de trabalho e, por outro, não contribuir devidamente por ocupar esse espaço que lhe foi cedido para bem da sociedade e do homem.

Em Portugal persistem elevadas desigualdades sociais provocadas pelas lógicas assimétricas de funcionamento dos diversos mercados, a que se associam outras formas de vulnerabilidade social como a pobreza, a precariedade laboral e o desemprego. Neste sentido, é fundamental aprofundar o âmbito das políticas distributivas capazes de reduzir estruturalmente a amplitude destas assimetrias. Esse aprofundamento deverá passar pelo reforço dos mecanismos existentes de redistribuição e pela aplicação de medidas de carácter pré-distributivo, que atuem diretamente sobre os rendimentos provenientes do mercado.

O reforço da política redistributiva em Portugal deverá ser capaz de atenuar a grande dispersão de rendimentos entre os mais carenciados e os mais ricos. As medidas deverão incidir tanto no aprofundamento do princípio da progressividade fiscal em sede de IRS e de IRC, e a sua extensão aos rendimentos do capital e patrimoniais, como na manutenção do princípio da universalidade das prestações e da gratuidade dos serviços prestados pelos diversos sistemas e funções do Estado Social (educação, saúde, segurança e proteção social).

As políticas de carácter pré-distributivo deverão, numa lógica de proporcionalidade, articular o aumento gradual do salário mínimo nacional com a respetiva progressividade no aumento das remunerações. Esta política salarial deve, por sua vez, ser conciliada com a aplicação de um rácio máximo de desigualdade em cada empresa ou organização.

Trata-se de uma via alternativa a ser trabalhada e cujos pressupostos necessitam de ser amplamente debatidos entre os partidos e vários parceiros sociais. Neste sentido, propõe-se a realização de um referendo de âmbito nacional no qual se consulte a população sobre duas questões fundamentais: a) a concordância com a aplicação do princípio distributivo; b) a estipulação do valor n do rácio.

A aplicação deste tipo de medidas tem como pressuposto a valorização e a dignificação do trabalho com direitos, implicando um envolvimento negocial dos parceiros sociais em sede de concertação social e generalizado a todas as empresas e organizações. Para tal, torna-se necessário incrementar os níveis de sindicalização da população trabalhadora. A implementação deste programa (re)distributivo provocaria um aumento do rendimento disponível nos estratos baixos e intermédios de rendimento, situação que traria impactos acrescidos no estímulo da economia nacional, designadamente no aumento da procura interna em bens de consumo e serviços considerados essenciais para o bem estar social.

12.2 Por um robusto Estado Social de Direito

A crise económica, financeira e demográfica tem servido de pretexto para o efetivo desmantelamento do Estado Social. Ao mesmo tempo, a eleição do equilíbrio das contas públicas como objetivo primeiro da política económico-financeira nacional faz com que toda e qualquer possibilidade de investimento público e/ou alargamento da proteção social do estado esbarre nos adjetivos “despesista” ou “radical”.

Para nós, a solidariedade e a justiça social são pilares fundamentais da sociedade e não são negociáveis. Por isso, defendemos inabalavelmente os princípios da Escola Pública, do Sistema Nacional de Saúde e da Segurança Social, para todos.

Ao mesmo tempo que devemos defender e reforçar o Estado Social de Direito ao nível nacional, é necessário apresentar uma visão de União Europeia social, e articular esforços para a atingir. É inaceitável que no século XXI a Europa tenha sido o único continente onde a pobreza aumentou — mas a esse aumento não é certamente estranha uma ideologia de desinvestimento nos domínios sociais da ação política e institucional. Como portugueses, europeus e cidadãos do mundo, sentimos a responsabilidade de inverter essa tendência ideológica e voltar a defender um modelo social para os estados e para a União.

Defendemos:

- Que se estabeleça, na prática, uma garantia de solidariedade intergeracional no cumprimento do pagamento das reformas.
- Uma cultura de investimento público rigoroso e refletido, transparente, decidido com base em estratégias públicas democraticamente legitimadas pelos cidadãos.

- Uma distribuição mais justa da riqueza, combatendo situações em que os indivíduos mais ricos tenham rendimentos efetivos milhares ou dezenas de milhares de vezes superiores aos mais pobres.
- Tornar efetivos e universais os direitos constitucionais a serviços e bens essenciais, como a habitação, a saúde e a educação, e ampliar e garantir por via legislativa outras provisões, como as do acesso à água e alimentação a preços acessíveis e a um rendimento mínimo capaz de assegurar um nível de vida digno.
- Um sistema de Segurança Social robusto e universal, que garanta um nível adequado de proteção social.
- Um regime de proteção reforçado das populações mais desfavorecidas, incluindo uma aplicação do Rendimento Social de Inserção que não acrescente estigmatização à miséria.
- A criação de uma “carta de direitos do cidadão sénior” como marco legislativo que aumente a proteção de garantias no acesso à saúde, à justiça e ao bem-estar de uma parte cada vez maior e mais vulnerável da sociedade e que crie condições facilitadoras para a sua participação cívica e cultural, além de reforçar a proteção destes cidadãos contra a violência doméstica e os maus-tratos em instituições.
- O estabelecimento de uma União Social de Direito também ao nível europeu, com a criação dos primeiros estabilizadores automáticos da União Europeia, como um subsídio de desemprego supletivo, uma verdadeira garantia de emprego jovem, ou uma Segurança Social europeia, também ela supletiva e financiada pela taxação de setores da economia que são altamente lucrativos mas pouco intensivos em trabalho humano.
- A obrigatoriedade de criação de planos nacionais de combate à fome e à pobreza infantil e sua articulação num plano europeu de combate à pobreza infantil.
- O desenvolvimento do direito internacional ligado às questões da proteção social, com a vinculação de todos os acordos comerciais globais ao cumprimento das recomendações da Organização Internacional do Trabalho.
- No quadro da revisão dos objetivos do Milénio, estabelecer como objetivo a criação de um Tribunal Internacional de Direitos Humanos que tenha por mandato a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com todo o seu acervo de direitos económicos, sociais e culturais. Só quando houver uma equalização progressiva dos direitos sociais e do trabalho no mundo, poderá haver uma globalização justa e de benefício mútuo para todos.

13. Território, ambiente e energia

O impacto económico das políticas públicas e das atividades produtivas tem sido medido essencialmente através do PIB, focado essencialmente no crescimento económico. O LIVRE defende, não só a adoção de indicadores económicos agregados, que integrem o valor económico associado a perdas ou ganhos nos serviços dos ecossistemas, mas também o cruzamento destes com indicadores de bem-estar subjetivo. Esta metodologia deverá ser progressivamente integrada na contabilidade nacional como parte de um esforço para tornar a governação mais robusta do ponto de vista da convergência com as evidências científicas.

A produção de energia através da combustão de matérias-primas de origem fóssil é um entrave à autossuficiência energética e económica do país, assim como uma das maiores fontes de emissão de gases com efeito de estufa e outros poluentes. O LIVRE defende a remodelação deste setor, promovendo, em primeiro lugar, estratégias para reduzir os consumos e, em segundo lugar, privilegiar a utilização de fontes de energia renovável e a descentralização da produção, estratégia essa que deverá ser acompanhada por um esforço para promover o uso eficiente dessas fontes de energia.

A responsabilidade para com o bem-estar das populações futuras é um princípio essencial na política ecológica do LIVRE. Propomos, por isso, a criação do cargo de Provedor das Novas Gerações, com um mandato para avaliar o impacto de novas políticas públicas e atividades produtivas no futuro.

A economia rural não deve ser deixada ao abandono, pois dela depende, em última instância, a sobrevivência de cidadãos e comunidade. Deve portanto ser organizada, beneficiando a produção extensiva, o uso responsável dos solos, a preservação de variantes locais das espécies agrícolas (recursos genéticos locais). Esta organização deve também respeitar as especificidades regionais, adaptando-se às particularidades dos ecossistemas locais e preservando modos tradicionais de produção.

O potencial da Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa deve ser melhor estudado e aproveitado. O LIVRE aposta numa exploração responsável da economia do mar, inserida numa estratégia ecológica mais ampla que vise também a criação de empregos e a promoção de sinergias entre setores.

No planeta cada vez mais urbano em que vivemos, o caminho da sustentabilidade passa ainda pela conjugação de vários outros verbos: inovar para criar melhores cidades; limitar a expansão urbana e a altura dos edifícios; adaptar as infraestruturas às exigências multifuncionais do século XXI; poupar no consumo energético e melhorar a saúde pública com redes de transporte amigas dos peões, bicicletas e quaisquer outros meios limpos e silenciosos; unir as zonas verdes através de corredores que são, ao mesmo tempo, sumidouros de CO₂ e reguladores das ilhas de calor, etc. Em resumo, levar o campo para a cidade, em vez de a cidade para o campo.

A nossa responsabilidade para com o bem-estar da população futura é um princípio essencial na política ecológica do livre. Propomos a criação do cargo de Provedor das Novas Gerações, com um mandato para avaliar o impacto de novas políticas públicas e actividades produtivas no futuro.

A economia rural não deve ser deixada ao abandono, pois dela depende a sobrevivência de cidadãos e comunidades. Deve portanto ser organizada, beneficiando a produção extensiva, o uso responsável dos solos, a preservação de variantes locais das espécies agrícolas (recursos genéticos locais). Esta organização deve também respeitar as especificidades regionais, adaptando-se às particularidades dos ecossistemas locais e preservando modos tradicionais de produção. Adicionalmente, as regiões nas quais a economia rural local e especializada são fortes representam um recurso turístico insubstituível, dada a impossibilidade de reproduzir em qualquer outro lugar a diversidade biológica e geológica de uma região, assim como características particulares que estas possam ter desenvolvido ao longo de séculos de interação com actividades económicas humanas.

Apesar de a área de floresta em Portugal ter aumentado, este aumento deveu-se principalmente à reflorestação de grandes áreas em regime de monocultura (pinhal e eucaliptal), dedicada ao lucro. Este uso da terra gera externalidades públicas negativas, como a degradação dos solos e o aumento do risco de incêndios. O LIVRE defende a substituição das áreas de produção de apenas uma espécie florestal a favor de uma gestão em mosaico, utilizando espécies nativas de baixa combustibilidade, como o carvalho, em articulação com medidas que ancoragem a exploração pecuária extensiva como medida de controle da biomassa.

O potencial da Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa deve ser aproveitado. O LIVRE defende o investimento na utilização da energia das ondas para a produção de energia elétrica e o estabelecimento de uma rede de áreas marinhas protegidas, que pode não só potenciar o turismo, como criar reservas populacionais de espécies com valores económicos, promovendo a sustentabilidade da atividade piscatória. Portugal deve apostar num porto de águas profundas e respetiva ligação ferroviária à Europa.

O fluxo de trânsito urbano é excessivo, não só constituindo um problema ambiental devido à grande emissão de CO₂ que causa, como diminuindo a qualidade de vida dos habitantes das cidades. A gestão de sistemas de transporte separados por municípios adjacentes, em especial aqueles pertencentes a uma mesma área metropolitana, é um entrave à racionalização do sistema transportes e uma melhoria do mesmo deveria passar pela criação de autoridades regionais para os transportes. O uso de veículos elétricos deve também ser promovido e a rede de postos de abastecimento para os mesmos deve ser aumentada.

A sustentabilidade, a solidariedade intra e intergeracional, o princípio da precaução e o respeito pela diversidade biológica e o bem-estar animal integram o quadro de princípios orientadores da ação ecológica do LIVRE.

A atual espiral de crescimento económico está em conflito com o conhecimento científico mais avançado sobre os recursos finitos e com a frágil ecologia de que dependemos para a nossa sobrevivência. Em consequência, o LIVRE aposta por um modelo de prosperidade duradoura focado na exploração de caminhos, diferentes e complementares, que ajudem a ultrapassar a crise global causada pelo esgotamento de recursos, pelas alterações climáticas e pela crise económica e financeira que constringe o país.

Por outro lado, a sustentabilidade – um conceito alicerçado em três pilares: económico, social e ambiental – do sistema fechado em que nos encontramos não pode estar baseada numa injustiça social persistente nem ignorar o bem-estar das gerações futuras. O LIVRE defende por isso a adoção de medidas que contemplem a qualidade de vida das gerações subsequentes e honrem a memória das gerações passadas. Não seria justo esquecer os esforços de todas as pessoas que, ao longo dos séculos, se esforçaram – muitas vezes sacrificando a vida e/ou a liberdade – para que tivéssemos uma vida melhor.

Outros dois princípios do LIVRE – o da precaução e o do respeito pela diversidade biológica – estão intimamente ligados. Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, o princípio da precaução “deve ser aplicado amplamente pelos estados, na medida das suas possibilidades” para proteger o ambiente. A definição utilizada na primeira Cimeira da Terra (Rio de Janeiro, 1992) estabelece ainda que “perante uma ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas custo-eficazes para evitar a degradação ambiental”.

Este princípio também é formulado noutros âmbitos – em particular, para substâncias consideradas perigosas *a priori* – invertendo o ónus da prova: na ausência de “consenso científico”, as ações ou políticas que tiverem um “risco suspeito de causar danos ao público ou ao ambiente” são da responsabilidade daqueles que empreenderam a ação ou política. Em qualquer caso, o princípio apela à criação de instrumentos de proteção para evitar que uma dada intervenção – ou omissão – tenham consequências irreversíveis.

O LIVRE defende ainda a obrigação moral de evitar sofrimentos desnecessários aos animais, apelando para isso a um levantamento dos danos causados e a uma melhora dos instrumentos

de avaliação do bem-estar animal encaminhada a atingir um nível considerado apropriado por uma sociedade informada e justa.

14. Saúde: o SNS, conquista democrática

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é uma das conquistas fundamentais da nossa democracia, garantindo o acesso a cuidados de saúde a todos os cidadãos, independentemente da sua condição socioeconómica. O SNS tem sido e é absolutamente indispensável numa sociedade que preza os direitos humanos, a solidariedade social e a dignidade das pessoas, constituindo o pilar fundamental da coesão social e do próprio Estado Social.

O SNS é, por outro lado, um exemplo de como um serviço público pode ter um excelente desempenho. Na verdade, foi ele o responsável pela melhoria, em poucas décadas, da qualidade dos cuidados de saúde prestados aos cidadãos, permitindo que Portugal atingisse excelentes indicadores de saúde que nos colocaram nos primeiros lugares a nível mundial, superando mesmo alguns países mais desenvolvidos.

Para isso contribuiu, entre outros, a qualidade da medicina praticada e o elevado nível de exigência na formação dos seus profissionais, que atingiram níveis de excelência comprovada nacional e internacionalmente. Mas isto conseguiu-se, nomeadamente na área da formação médica, em parte, graças às chamadas Carreiras Médicas, que garantiram a organização dos serviços com base na hierarquia da competência e experiência. Os médicos passam por uma série de etapas de avaliação, através de concursos públicos, que vão reconhecendo a sua gradual diferenciação e vão exercendo a sua prática clínica em equipas coordenadas sempre pelos mais diferenciados e experientes.

O SNS proporciona mais-valias para os utentes e para todos os profissionais de saúde, na medida em que é um espaço de atuação colegial e multidisciplinar, com uma variedade de serviços e especialidades que não é equiparável à de qualquer instituição privada.

Um instrumento de sensibilização que já vem sendo implementado é o da informação dos profissionais e dos doentes relativamente aos custos associados a tratamentos, exames e outros cuidados de saúde, como forma de promover uma utilização mais conscienciosa dos mesmos.

Por outro lado — e contrariamente ao que tem sido recentemente veiculado — o SNS português é um dos serviços de saúde, a nível europeu, menos dispendiosos, com uma menor despesa *per capita*. A organização do trabalho médico em equipas multidisciplinares é, por outro lado, um modo de tratar melhor os doentes, com menos custos.

Assistimos, nos últimos anos, a um preocupante retrocesso:

1. Desorçamentação e subfinanciamento do setor da Saúde, com hospitais e centros de saúde a serem incentivados a produzir menos (consultas, cirurgias, etc.), mesmo que tenham capacidade para produzir mais atos médicos.
2. O acesso aos cuidados de saúde está a ser limitado a uma parte significativa da população, não só pelo aumento das taxas moderadoras/copagamentos, como pelas dificuldades no acesso aos transportes médicos e correspondente impossibilidade de acesso a tratamentos que impliquem deslocações.

3. Não se verifica a implementação de uma política séria de redução do desperdício.

4. A organização do trabalho médico tem vindo a ser desmantelada. Com o pretexto de se poupar em horas extraordinárias (que têm servido para colmatar a falta de médicos, sobretudo nas urgências), contratam-se médicos, através de empresas privadas, como tarefeiros, sem qualquer vínculo às instituições e sem qualquer possibilidade de acompanhamento posterior dos doentes. Estes profissionais são, habitualmente, menos diferenciados, não há qualquer critério baseado no mérito na sua contratação e, inacreditavelmente, o preço/hora que é pago à respectiva empresa é superior ao de qualquer médico da carreira hospitalar.

5. Também muitos enfermeiros experientes e com diferenciações específicas estão a ser substituídos por outros, mais jovens e inexperientes, com contratos precários, obrigados a trabalhar sem apoio e o necessário enquadramento.

6. Os hospitais públicos estão a esvaziar-se de médicos altamente qualificados e experientes. Desmotivados com a deterioração das condições de trabalho, com a redução dos recursos humanos, com a crescente desumanização face à necessidade de cumprir objetivos de produção sem qualquer preocupação pela qualidade e cada vez mais afastados das tomadas de decisão (transferidas para os inúmeros gestores que abundam nos hospitais esses, sim, fonte de grande despesismo).

7. A formação médica está cada vez mais em risco. Como se formarão os futuros especialistas com esta degradação dos recursos humanos e desinvestimento nas instituições públicas de saúde?

8. A Medicina controlada pelos grandes grupos económicos vai florescendo, mas à custa do financiamento do estado que, em vez de investir no setor público, transfere para os hospitais e clínicas privadas uma parte considerável do orçamento para a Saúde.

9. Os cortes cegos nas despesas, a deterioração das condições de trabalho e de exercício profissional, a gestão danosa das unidades de saúde, a destruição das Carreiras Médicas com o conseqüente afastamento dos mais experientes e capazes e dificuldades na formação contínua, estão também a provocar um fenómeno novo, sem precedentes no nosso país, que é a emigração em massa de jovens médicos.

O Livre propõe recentrar a gestão do SNS na Saúde Pública, ancorando-o nos princípios de solidariedade, equidade, sustentabilidade e democracia, conducentes ao cumprimento da constituição Portuguesa. O LIVRE propõe que a situação criada pelas políticas atuais de saúde seja invertida através de uma política de defesa intransigente do SNS, como garante fundamental da equidade e da própria coesão social, na qual se incluem as seguintes ideias:

a) Compreender, promover e adotar a política de “Saúde em todas as políticas”. Esta significa incluir considerações de saúde na produção política através de todos os setores que influenciam a saúde: transportes, agricultura, utilização da terra, habitação e urbanismo, segurança pública e educação. Aqui se inclui, necessariamente, considerar o impacto em saúde pública de decisões macroeconómicas.

b) Restabelecimento das condições para a existência de um SNS exigente, com financiamento adequado, que consiga reter no serviço público os profissionais competentes e credenciados, garantindo também a indispensável investigação médica. Não

aceitaremos um SNS desqualificado para os cidadãos de menores recursos económicos.

c) A defesa das carreiras dos profissionais de saúde como um dos suportes da qualidade técnico-científica do SNS.

d) A garantia de uma formação médica rigorosa e contínua, que possa responder às necessidades de uma medicina altamente qualificada e diferenciada.

e) Uma gestão das unidades de saúde que optimize os recursos, que contrarie o desperdício e, sobretudo, que pratique uma política verdadeiramente centrada no doente e não apenas preocupada em cumprir objetivos de produção.

f) A participação ativa dos profissionais de saúde e dos utentes, nomeadamente através dos seus representantes locais, nas reformas mais adequadas às necessidades das populações e assentes em critérios de qualidade da prestação dos cuidados de saúde.

g) Promover o desporto dentro das políticas de educação, de promoção da saúde e de desenvolvimento económico.

h) Revalorizar o papel de todos os profissionais de saúde na gestão de saúde, integrando-os na investigação dos problemas, na definição das estratégias e prioridades e na responsabilização pela sua execução e medição dos seus resultados.

15. Segurança Social pública e sustentável

A Segurança Social deve ser encarada como um Direito Humano inalienável. Por este motivo, é o estado que deve garantir a sua universalidade enquanto representante máximo e legítimo da comunidade. O LIVRE defende um modelo de Segurança Social público e amplo com capacidade para reduzir a pobreza e as desigualdades, e é contra à instauração de um modelo minimalista, mesmo que igualitário, que possa abrir a porta a lógicas de plafonamento e de privatização parcial do sistema que conduzirão à diminuição da amplitude da proteção social e de cobertura cada vez mais residual e seletiva.

As transferências sociais e monetárias (incluindo as pensões) reduziram em 24,5 pontos percentuais o nível da pobreza em Portugal (em 2010). Tendo em conta que em 1994 essa redução não ultrapassava os 14 pontos percentuais, podemos dizer que esta evolução é elucidativa sobre o impacto extraordinário da Segurança Social (por via de todas as prestações sociais) no incremento da coesão social e da melhoria das condições de vida dos portugueses.

Neste sentido, os programas que incrementam as transferências sociais e monetárias de carácter não contributivo (como é o caso do Rendimento Social de Inserção, do abono de família, do Complemento Solidário para Idosos, entre outros) não podem ser cessados e desmantelados, sob prejuízo de afetarem decisivamente a já débil situação socioeconómica dos grupos sociais mais vulneráveis e, deste modo, tornarem a sociedade portuguesa ainda mais assimétrica e desigual.

O aumento do desemprego, a diminuição da população ativa e o progressivo envelhecimento da população representam fatores de forte pressão sobre a sustentabilidade da Segurança Social. Estas tendências não devem pôr em causa o carácter público do sistema de pensões,

mas deverão implicar uma reconfiguração do mesmo, designadamente no que diz respeito à diversificação das formas de financiamento. Embora o sistema de cariz provisional deva continuar a assentar nas contribuições oriundas dos rendimentos do trabalho, respeitando as carreiras contributivas de cada trabalhador, este deverá abarcar progressivamente outras modalidades e fontes de rendimento, como é o caso das mais-valias e dos rendimentos de capital.

A este respeito o diálogo, em sede de concertação social, entre os parceiros sociais e o governo, são requisitos fundamentais para o aprofundamento da democracia e para a consolidação das instituições públicas. A participação dos parceiros sociais na discussão e gestão dos diferentes níveis do sistema de Segurança Social não deve ter um carácter meramente consultivo. A legitimidade democrática das políticas sociais públicas depende da implicação e do empenhamento sindical e de outros movimentos sociais, tanto do setor público como do privado, na conceção, desenvolvimento e aplicação dessas políticas.

16. Por uma educação e uma ciência autónomas, democráticas e universais

O LIVRE defende uma conceção de escola voltada para o cidadão, independentemente da forma sob a qual a sociedade se encontra organizada, considerando como básico o princípio de que a educação se destina à liberdade, à autonomia e à capacitação. Ressalvada a formação estritamente profissional, necessária inclusive à proteção do próprio trabalhador, educar significa, antes de mais, formar cidadãos, estimular neles desde muito cedo e até tão tarde quanto possível a criatividade e o sentido crítico, a aprendizagem pela curiosidade, através da pesquisa e da procura da informação.

Esta conceção que defendemos privilegia, não a formatação do cidadão para tal ou tal lugar, mas a procura livre, em qualquer altura da sua vida, do lugar que pretende ocupar. Nela se inclui, como indispensável, um conjunto de atividades que usualmente são agrupadas sob o conceito de “cultura”: a literatura, a música, o cinema, o teatro, as “belas-artes”, etc. Estas atividades - facilmente consideradas como meros divertimentos e, portanto, dispensáveis em tempo de crise, numa conceção de ensino que não tenha “a pessoa” como alvo principal - são, para o LIVRE, parte integrante da formação e da educação de crianças, jovens e adultos.

O LIVRE defende também que os alunos sejam familiarizados desde o ensino básico com as novas tecnologias, necessariamente através da distribuição de computadores a preços acessíveis e do seu uso na escola, acompanhado da formação dos professores para o seu uso educativo.

Concretizando o que é definido na Constituição Portuguesa, ao estado cabe criar e gerir uma rede de escolas que permita a educação de todas as crianças e jovens, respeitando as famílias que optam por ofertas educativas privadas. Estas devem, contudo, ser integralmente financiadas pelas próprias famílias e fiscalizadas pelo estado. A prioridade das políticas públicas deve ser orientada, então, para assegurar as condições necessárias a um funcionamento de qualidade das escolas públicas que permita um acesso universal ao sucesso educativo, apoiando os alunos em situações mais desfavorecidas. Além disso, este programa de ação deve ser alargado aos adultos, permitindo serviços públicos, adequados e gratuitos, numa perspetiva de formação ao longo da vida. Para além de garantir a liberdade de escolha, em relação à oferta educativa que as famílias queiram e possam sustentar, compete ao estado assegurar uma educação universal prestigiada, estruturada com base nos valores e princípios fundamentais da República Portuguesa. Deve assim, na preservação da igualdade de

oportunidades de acesso a uma educação de qualidade, imunizar o sistema educativo em relação a quaisquer tentativas de hierarquização social da escola pública ou da sua desvalorização perante outro tipo de ofertas mais vocacionadas para outros objetivos. Para uma mais eficaz resposta às diferentes características dos seus alunos, o sistema público de educação deve também diversificar-se na prossecução dos mesmos objetivos, não só em termos de instrução, mas também de socialização e desenvolvimento integral de crianças e jovens, bem como proporcionar uma formação dirigida aos adultos, na perspetiva da educação ao longo da vida.

O estado deve consolidar a rede nacional de estabelecimentos pré-escolares, com o objectivo de que seja universal. Deve também fomentar a existência de creches, nomeadamente nas grandes empresas.

É fundamental que o estatuto e as condições de trabalho dos professores sejam valorizados, enquanto especialistas altamente qualificados, com uma missão difícil e vital para o país. Defendemos o reforço do seu papel na regulação democrática da vida da escola, promovendo-se a autonomia e invertendo as tendências fortemente centralizadoras da organização escolar em mega agrupamentos, assim como nos canais de participação e auscultação na definição e regulação das próprias políticas educativas. Por seu lado, torna-se fundamental, a nível nacional, descongelar as progressões na carreira, baseadas no mérito, reforçar a formação dos professores, assim como reafirmar a sua posição de autoridade no contexto da sala de aula.

É central que a distribuição dos alunos e dos recursos pela rede escolar seja realizada segundo princípios de transparência, equidade e inclusão social. Procurar-se-á que as escolas tenham um público socialmente heterogéneo, combatendo, na própria constituição das turmas, a concentração de alunos mais favorecidos/desfavorecidos.

O sistema educativo e cada escola devem reconhecer e valorizar o facto de vivermos num mundo com diferentes culturas. O facto de se encontrarem, numa mesma escola/turma, alunos de variadas proveniências deve ser um fator de enriquecimento para todos e não um motivo de conflitos e exclusões. De igual forma, o facto de nos encontrarmos integrados num espaço e projeto europeu deve refletir-se nas práticas escolares. Em vez de aplicar programas nacionais descontextualizados, as escolas e universidades devem reforçar o seu conhecimento e compromisso com os territórios e comunidades envolventes, organizando o trabalho académico como forma de enriquecimento da vida comunitária e participação nos programas de desenvolvimento local, nacional e europeu.

Portugal investe hoje no ensino superior e na ciência menos do que a maioria dos países europeus e estamos longe de cumprir as metas do Horizonte 2020 no que diz respeito à formação superior dos portugueses. A juntar a isto, temos das propinas mais elevadas da Europa, um sistema de Ação Social Escolar obsoleto e ineficaz e um abandono escolar crescente. São muitos os estudantes que são afastados do ensino superior por falta de capacidade financeira para o frequentar e o país não o pode permitir. O LIVRE defende uma nova aposta no ensino superior e na ciência, enquanto opção estratégica para o país, que deve começar pelo fim do corte do financiamento das instituições de ensino e dos centros de investigação, assim como da transferência de custos para as famílias.

No atual contexto em que se verifica um real e preocupante desinvestimento em recursos humanos na ciência e no ensino superior, o LIVRE considera fundamental integrar em carreiras profissionais condignas e estáveis as muitas centenas de investigadores, bolseiros e docentes convidados que exercem as suas atividades em situações de contínua precariedade

laboral. É, por isso, fundamental que as universidades e os centros de investigação absorvam parte significativa dos investigadores altamente qualificados que se formaram nas últimas duas décadas. Concretamente propõe-se:

- a) O reforço do investimento na formação avançada de doutorados em todas as áreas científicas.
- b) Que as bolsas de pós-doutoramento (e também as atribuídas em âmbito de projetos de investigação) se transformem automaticamente em contratos de trabalho, com direitos de proteção e de Segurança Social.
- c) Que se aumente consideravelmente o número de posições de investigador a atribuir em concursos internacionais.
- d) Que se institua um programa de integração progressiva dos investigadores nos quadros das universidades, contribuindo para uma efetiva renovação dos departamentos e centros de investigação.

O LIVRE defende que o Sistema Educativo deve assentar em princípios sólidos e em estratégias por todos participadas (comunidades, professores, alunos e famílias), não vulneráveis às mudanças de cor política dos diferentes governos.

17. As políticas culturais: problemas e desafios

Os sucessivos governos do regime democrático demonstraram uma clara incapacidade de criar uma política cultural estruturante e que garantisse que os equipamentos e programas se fortalecessem de forma a manter a continuidade, afirmação e apropriação pela sociedade civil. Assim, apesar da criação e desenvolvimento de programas, dos quais alguns se implementaram no terreno durante as últimas décadas — as redes dos museus e arquivos, a rede de bibliotecas públicas e os apoios à criação artística e audiovisual— não se afirmou uma política para a cultura assente em investimento sustentável e em boas leis. Em alguns casos, a legislação é mesmo inexistente e, quando existe, enferma de falhas ou não reflete a dinâmica que caracteriza este setor. Sobre a cultura pesam ainda, mais do que sobre outros sectores das políticas públicas, as mudanças de rumo dos sucessivos governos e desinvestimento aleatório que a fragilizam, com consequências por vezes destrutivas. Não existe um pensamento político nesta matéria e, apesar dos inúmeros estudos realizados, não deixa de ser sintomático o desaparecimento do Observatório das Atividades Culturais. Subvaloriza-se a cultura e a sua força criativa e geradora de riqueza, as potencialidades de cruzamento das atividades culturais com vários setores da vida económica e social.

A cultura é um dos setores mais penalizados pela crise e pela interrupção das políticas públicas de apoio material e financeiro: programas e concursos têm vindo a ser descontinuados e limitados sem qualquer critério, colocando em causa o acesso aos bens culturais, o funcionamento de grupos de teatro e de salas de cinema, a produção cinematográfica e outras atividades e programas e projetos em rede relativos à criação e formação de públicos.

Sem qualquer espécie de reflexão teórica ou de definição de estratégia, as medidas adotadas apenas refletem a contaminação pelo pensamento e discurso económico vigente, designadamente da necessidade do retorno financeiro, da criação de riqueza, do modelo de

negócio. Nesta linha de ação meramente economicista, a estrutura orgânica foi reduzida, prejudicando o funcionamento de equipamentos, redes e programas.

É imperativo que o estado se assuma como o grande responsável do ponto de vista de gestão, intervenção, propriedade e financiamento de tudo aquilo que se entende como identitário, património herdado e memória coletiva. A apropriação da nossa memória coletiva por parte do estado central deve ser entendida, sempre, como uma questão de cidadania, não existindo direito ou legitimidade para que o que constitui essa nossa memória possa ser, sob que forma seja, objeto de privatização, conforme se tem vindo a verificar.

A definição da política cultural só pode ser efetiva se extensível ao território e em estreita relação com o poder local, criando as bases legislativas, financeiras e programáticas que permitam e potenciem o envolvimento das comunidades, dos agentes, dos produtores e criadores, e que promovam a apropriação e a valorização social da cultura como um bem essencial. A promoção da relação entre cultura e educação, designadamente ao nível do sistema educativo, tem sido praticamente inexistente — como se fosse possível promover a criação de hábitos e práticas culturais apenas pela simples possibilidade do acesso. A exceção reside na rede de bibliotecas públicas e escolares, há décadas no terreno, e no programa do ensino integrado da música que o atual governo se apressou a destruir. A oferta existente fica, assim, à mercê de cada projeto educativo das escolas ou de professores que relevem a integração de programas culturais oferecidos pelos serviços educativos de equipamentos culturais. Com o atual modelo de funcionamento das escolas, estas práticas têm vindo a ser impossíveis de desenvolver. Também nesta matéria a escola é, cada vez mais, exclusiva.

Por outro lado, nesta área como noutras, a sociedade civil está cada vez mais qualificada e exigente. A diversidade da oferta cultural existente, mas não só, nos grandes centros urbanos, a formação académica e profissional e a mobilidade das novas gerações, criaram não só mais e melhores consumidores e públicos como um grupo qualificado de profissionais, agentes, produtores e criadores. Todos eles são os interlocutores de uma mudança que a sociedade pretende e exige para este setor gerador de riqueza e de emprego, mobilizador da atividade económica, fortalecedor da identidade, criador de bem-estar.

No domínio da cultura, que o LIVRE vê como um direito e um bem económico e social, defenderemos que o estado deva garantir o seu investimento orçamental em pelo menos o equivalente à média europeia de investimento em cultura. Propomo-nos também a contribuir para criar as bases de uma política cultural sustentável, assente em nova legislação no domínio do património e da criação artística e de uma nova Lei do Mecenato, que assegure o pleno funcionamento de redes, de equipamentos e de programas ao nível da língua portuguesa; do livro e dos acervos digitais; da leitura e da promoção da literacia – rede de bibliotecas públicas e escolares; da rede de museus nacionais e regionais; da rede arquivos e da política arquivística; dos sítios históricos, arqueológicos e dos bens móveis; do cinema e do audiovisual; do teatro, da dança e das artes performativas; da rede de festivais; do apoio à criação; da internacionalização; da educação artística e cultural; e da cooperação com os PALOP e outros países lusófonos.

18. Contra uma globalização desumanizadora

A grande questão do nosso tempo é a de se é ou não possível construir uma globalização que funcione de forma justa, equitativa e ambientalmente responsável, diminuindo os níveis de pobreza em todo o mundo, ao passo que possibilite a emancipação pessoal e impeça a

deprecação do planeta. A essa questão junta-se uma outra com vários séculos: a da guerra e paz. O século XVIII foi quando nasceu a ideia de uma governação mundial como possibilidade de paz perpétua, o século XX quando se provou que a sua falta podia ser desastrosa. Para o século XXI, é necessário construir os instrumentos que impeçam a violação de direitos humanos em larga escala.

O LIVRE defende o desenvolvimento do direito internacional e a democratização das grandes instituições reguladoras da globalização. Somos por uma reforma das Nações Unidas que não apenas supere as linhas de fratura da IIª Guerra Mundial e da Guerra Fria, mas que reflita as novas realidades das trocas de informação no mundo, do aumento global dos níveis de educação e da integração tecnológica à escala planetária. Somos favoráveis a modelos de desenvolvimento que atendam à diversidade histórica e cultural dos povos, não impondo modelos de desenvolvimento normativos e etnocêntricos.

No início do século XX, os movimentos alterglobalização realizaram assembleias alternativas como o Fórum Social Mundial, estabeleceram redes de ONG e de movimentos sociais e exigiram o fim dos paraísos fiscais e a aplicação de uma Taxa Tobin sobre as transações financeiras. Embora tenham sido menosprezados pelo *status quo*, a verdade é que o seu exemplo se consolidou muito mais cedo do que era possível esperar na época.

É agora altura de reformar e inovar nas instituições internacionais. Pode não ser possível criar a curto trecho uma democracia global, mas é possível democratizar aquilo que já existe. A Organização das Nações Unidas é hoje um fórum para estados representados unicamente pelos seus governos e corpos diplomáticos. Não seria difícil dotar a ONU de uma Assembleia Parlamentar, a exemplo do que existe em várias organizações regionais, do Conselho da Europa à ASEAN, que reunisse anualmente antes da Assembleia Geral para marcar a agenda global como vista pelos representantes dos membros de parlamentos de todo o mundo.

Onde o direito internacional pode avançar mais, contudo, é no seu acionamento judicial. O planeta necessita de um Tribunal Internacional contra os crimes ambientais, transfronteiriços por natureza, e transgeracionais nas suas consequências. Esse tribunal pode, primeiro, funcionar com base numa convenção que obrigue aos estados signatários. A União Europeia deveria fazer parte de uma aliança de blocos regionais que defendessem o estabelecimento deste tribunal e a construção de um quadro legal para o combate aos crimes ambientais em todo o planeta.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, não obstante a reverência com que é justamente tratada pelos povos de todo o mundo, continua a ser uma declaração apenas, sem valor vinculativo. Também aqui a sua transformação em convenção, e consequente criação de um Tribunal Internacional de Direitos Humanos, é um passo desejável para permitir o reforço das proteções de direitos humanos em todo o mundo.

V. MISSÃO

19. Tomar o futuro nas nossas mãos

É notório e preocupante que a crença na política e nos seus agentes se tenha vindo a degradar ao longo das últimas décadas. Este facto abre espaço a velhas retóricas e tiques autoritários

que repudiamos veementemente. As causas para este desânimo coletivo prendem-se, na nossa opinião, com a falta de representatividade que grande parte dos cidadãos sente e com a corrupção que paira sobre o espectro político. O LIVRE propõe-se a contribuir para a alteração deste cenário, haurindo e defendendo uma nova forma de fazer política. Acreditamos no contributo individual de cada cidadão, independentemente do seu género, religião ou condição social, estando o partido aberto a quem quiser expressar-se. Defendemos a política como uma causa nobre, que se consubstancia na sua plenitude na defesa dos interesses coletivos em oposição aos interesses individuais. Pretendemos servir o país e lutar contra todo e qualquer tipo de corrupção, não apenas de forma retórica, como muitas vezes se verifica, mas de uma forma prática, que guiará sempre a nossa conduta. É numa democracia participativa, plural, coerente e justa que nos revemos.

Os portugueses e portuguesas de Esquerda têm neste momento a enorme responsabilidade de inverter esta situação de dependência em que o país se encontra. Podem fazê-lo dentro dos seus partidos e sindicatos, nas suas associações e movimentos, instando-os a encontrarem os seus pontos em comum — mas precisam sobretudo de o fazer transcendendo essas fronteiras e falando a toda a população portuguesa, persuadindo-a de que existe uma saída por cima, uma missão que precisa do contributo de todos e um argumento poderoso que pode derrotar, de uma vez por todas, a narrativa do “empobrecimento competitivo” defendida pela Direita. As esquerdas não podem mais estar entrincheiradas, cada qual na sua ponta. A nossa missão deve ser agora a de encontrar em nós mesmos os meios de libertar o país da dependência, construir os pilares do seu desenvolvimento e restaurar aos portugueses o poder para decidirem o seu destino. Pela nossa parte, continuaremos a desenvolver o nosso trabalho de democracia deliberativa, melhorando continuamente, emendando e submetendo à votação propostas para a constituição do “memorando de desenvolvimento”.

Os tempos atuais pedem, em Portugal e na Europa, uma tripla mudança: mudança das políticas, mudança do quadro político e mudança na maneira de fazer política. Não é mais possível enjear essa responsabilidade que recai sobre cada um de nós cidadãos.

Portugal tem sido uma cobaia das mais extremadas políticas de desvalorização interna. São políticas erradas no curto prazo, insustentáveis a longo prazo e profundamente danosas para o país. A desvalorização interna é, de facto, uma desvalorização de nós mesmos. Os cortes salariais, o brutal aumento do desemprego, a diminuição da exigência na área da legislação laboral ou ambiental, o aumento da emigração jovem e da fuga de cérebros fazem de nós um país mais fraco, a caminho de uma economia de baixa qualidade, com uma sociedade mais debilitada e, em consequência, menos produtiva e resiliente. Portugal precisa de uma inversão completa destas políticas, que acabarão por levar o país ao destino que é suposto evitarem, levando-o a divergir da União, a incumprir no pagamento da dívida e a sair do euro. Portugal precisa de outro governo, que saiba defender o país junto dos seus parceiros internacionais, sendo enfático na necessidade de qualificação da economia, de aproveitamento das gerações mais jovens e de investimento nas áreas produtivas de maior inovação.

Isto só será possível através de uma mudança do quadro político, que permita construir uma sólida base de apoio social, legitimada por novas eleições. Este é um esforço que não se compadece com os atavismos do nosso sistema político-partidário, em particular com a injustificada fratura entre os partidos da Esquerda portuguesa. É sabido que essa fratura desperdiça a enorme força de uma maioria social progressista no nosso país, ciclicamente frustrada e injustificada. É também sabido que as direções partidárias não têm sabido — ou por vezes, pior, não têm querido — abandonar os seus velhos hábitos de entrincheiramento que impedem que essa aliança social tenha concretização política.

É assim que chegamos à terceira mudança. A mudança de políticas não será possível sem a mudança do quadro político, mas esta não será possível sem uma mudança mais profunda: uma mudança na maneira de fazer política. Em Portugal, essa mudança terá de passar por uma maior abertura e complementaridade entre partidos e sociedade civil, que saiba romper com os dirigismos e aparelhismos que minam a credibilidade dos partidos políticos e impedem o acesso da vasta maioria dos cidadãos às opções mais decisivas da política. A nossa sociedade é hoje mais avançada do que a nossa política: está na hora do nosso sistema político e partidário se abrir a novas formas de participação, aos métodos da democracia deliberativa, às primárias abertas e à cooperação entre militantes partidários e cidadãos desfilados.

Essa redemocratização da política nacional deverá também passar pela defesa corajosa de uma democracia europeia, pela eleição e responsabilização política da nossa representação permanente no Conselho da União Europeia e pela vontade de construir, também a nível continental, uma maioria social que transcenda as fronteiras das famílias políticas tradicionais e que permita eleger uma nova Comissão Europeia para romper com a austeridade.

Estas mudanças são possíveis. Aliás, estão já em cima da mesa. Durante estes anos intensos têm surgido na sociedade portuguesa iniciativas políticas que têm em comum estas três necessidades de mudança: 1) rejeitam a política de austeridade obsessiva; 2) defendem o Estado Social e os valores da liberdade, igualdade e fraternidade; e 3) reconhecem a saturação em relação ao atual sistema partidário e o risco de colapso da democracia.

A nosso ver, faz sentido pensar e discutir novas modalidades de intervenção pública com o contributo destas plataformas. Para isso, há que assumir e pôr em prática uma atitude de abertura, de funcionamento informal e em rede e uma ampla política de alianças para captar setores diversificados do eleitorado e de grupos politizados, mas cansados do oportunismo dominante na vida política. E a abertura deve dirigir-se quer a atuais militantes quer a não militantes partidários.

É possível, contra a passividade generalizada e o desânimo construído, começar a escrever agora os capítulos da democracia do futuro. É possível fazê-lo a partir de Portugal, no canto deste continente europeu que há cem anos falhou a sua promessa. É possível escrever os capítulos dessa ambicionada democracia e podemos fazê-lo hoje; é possível, em Portugal e a partir de Portugal, construir uma sociedade na qual todos tenham lugar, futuro e direitos; onde possamos ser cidadãos, nacionais e europeus.